

IEB

10 anos de história





Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB
10 anos de história

Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB

Conselho Diretor

Presidente

Maristela Bernardo

jornalista, consultora independente

Adriana Ramos

jornalista, coordenadora de Projetos do Instituto Socioambiental (ISA)

Analuze Freitas

socióloga, especialista em Áreas Protegidas da The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil)

Augusto César da S. Jucá

economista, consultor para Mudanças Climáticas do Banco Mundial, Brasília

Ricardo Verдум

antropólogo, assessor de Políticas Públicas e Socioambientais do Instituto de Estudos Socioeconomicos (Inesc)

Suzana Machado Pádua

educadora ambiental, presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)

Equipe Técnica

Adna Rose

Ailton Dias

Alessandra Arantes

Anderson Suruí

Camila de Castro

Cleonete Santos

Cloude Correia

Elaine Matos

Eliel Lima

Gordon Armstrong

Henry T. Barretto Filho

Iris da Rocha

Janilda Cavalcante

Jefferson Andrade

João Guilherme Cruz

Joaton Suruí

Joedson Quintino

Katiuscia Fernandes

Laura Camargo

Lidiane Melo

Magda Lambert

Manuel Amaral

Marcelo Franco

Márcia Côrtes

Maria José Gontijo

Nurit Bensusan

Rita Martins

Silvana Macedo

Telma Cristina de Souza

Wlândia Alves

Coordenação editorial: Alessandra Arantes (IEB)

Edição e redação: Marco Antonio Gonçalves / Paxiúba Informação Ambiental Ltda.

Capa, projeto gráfico, editoração eletrônica e arte final: Masanori Ohashy (Idade da Pedra)

Diagramação: João Gonçalves (Estagiário - Idade da Pedra)

Revisão: Janilda Cavalcante (IEB)

Impressão: Athalaia Gráfica

Agradecimentos

International Institute for Sustainable development (IISD), Mary Helena Allegratti, Leonardo Fleck (CSF), Daniela Fettuccia, WWF-Brasil e equipe do IEB

Sumário

5	Gente: base para uma sociedade sustentável
7	A rede e seus fios
9	Anos 1980: a sociedade civil volta à cena
13	Anos 1990: o surgimento do IEB
21	Anos 2000: amadurecimento institucional
25	Dez Anos depois, reconhecimento e novos desafios
31	IEB: elo para uma sociedade sustentável
32	Caleidoscópio
39	Programa Beca
46	Padis
52	Manejo Florestal Comunitário
58	Mudaclima
62	Gestão do Conhecimento



Gente: base para uma sociedade sustentável

Em 2004, durante a avaliação local do programa Padis em Axixá, no Tocantins, Aurícia Flor, então com 20 anos e nenhuma experiência anterior de participação comunitária, disse: “O que mais me surpreendeu é que eu não sabia o quanto as pessoas juntas podiam batalhar pra que as coisas acontecessem no município. Eu pensava que era só o governo que podia fazer alguma mudança”.

Essa afirmação de descoberta e de confiança na força da coletividade poderia ser exibida pelo IEB como exemplo de sucesso de seu método de capacitação; mas a emoção do reconhecimento é, ao mesmo tempo, a medida da responsabilidade. Não se trata apenas de promover bons cursos ou projetos. O que está em jogo é despertar nas pessoas a necessidade de conhecimento vivo, internalizado em valores, em ações comprometidas com mudanças que se tornam cada vez mais prementes, tanto no plano social quanto no ambiental, institucional e político.

O IEB de hoje é fruto de reflexões e aprendizados que se consolidam desde meados do século passado e tiveram uma inflexão importante a partir do final dos anos 1980, quando ficou clara a inevitabilidade e a urgência de reinventar o desenvolvimento, do nível local ao global, para que venha a expressar não mais o desejo ilimitado de consumo e acumulação de capital, a qualquer preço, mas a capacidade da humanidade de ser mais solidária consigo mesma e com o planeta.

Aos dez anos, é uma instituição que tem idade de criança, ousadia de adolescente e maturidade do adulto que tenta preservar em si a beleza, o desafio e as lições de todas as fases de sua vida, sendo íntegro, honesto na sua missão e auto-crítico no reconhecimento de seus limites, mas aberto aos sonhos, os seus e os alheios.

Seu papel é facilitar e impulsionar a geração e a expansão de conhecimentos e, principalmente, colocar pessoas e instituições públicas, privadas, comunitárias e não-governamentais em contato, no difícil exercício de fazer de suas diferenças o caminho para encontrar as convergências e o interesse comum, de onde brotem soluções que se unirão ao esforço global rumo à sociedade sustentável que almejamos.

A principal virtude do IEB é saber cercar-se de gente cuja qualidade ajuda a explicar esses dez anos bem sucedidos, apesar das dificuldades. Dos doadores às comunidades envolvidas em projetos de desenvolvimento local, das ONGs e outras entidades parceiras aos estudantes bolsistas e participantes das diversas modalidades de capacitação, todos formam conosco uma grande articulação socioambiental da qual somos apenas um ponto de apoio. E é assim que queremos continuar crescendo: um entre muitos, juntos e solidários.

Maristela Bernardo

Presidente do Conselho Diretor do
Instituto Internacional de Educação do Brasil, IEB

A rede e seus fios

A transição dos anos 1980 para os anos 1990 trouxe, para os fóruns multilaterais, uma agenda de temas que haviam sido negligenciados pelas disputas próprias da Guerra Fria. A democratização de países que vivenciaram ditaduras brutais, a reestruturação de repúblicas que compunham a ex-URSS e uma ampla pauta de questões ambientais ganharam destaque na agenda da ONU e da diplomacia internacional.

Sob esse novo ambiente político, a ONU liderou, nos primeiros anos da década de 1990, a construção de acordos em torno de dois grandes temas para os quais cientistas e a sociedade civil, principalmente, reclamavam políticas globais: a conservação da biodiversidade e as mudanças climáticas. A entrada em vigor das Convenções sobre Mudanças Climáticas e sobre Diversidade Biológica, respectivamente, em 1993 e 1994, sinalizava a possibilidade de construção de um futuro comum, segundo o espírito do Relatório Brundtland que, anos antes, havia sintetizado as premissas do desenvolvimento sustentável.

A vigência dessas duas convenções redefiniu os termos e as prioridades da cooperação entre os países. Os mais industrializados assumiriam grandes responsabilidades relacionadas à consecução dos objetivos contidos nas duas convenções. Àqueles em processo de industrialização caberia o desafio de aprofundar a democratização política e buscar caminhos para o desenvolvimento, assegurando a qualidade de seus ativos ambientais e os direitos de seus cidadãos.

É nesse contexto que, no Brasil, o debate e a esfera pública passam a ser ocupados gradativamente por um conjunto de instituições vindas da sociedade civil, formadas por cidadãos ávidos em participar da construção dos rumos do país. Entre elas, viria a surgir o Instituto Internacional de Educação do Brasil, o IEB, que, embora criado em 1998, teve seu núcleo constituído em 1991. É essa história que, por meio de alguns de seus principais personagens, parceiros e projetos, contamos a seguir.

ANOS 1980:
**A SOCIEDADE CIVIL
VOLTA À CENA**

ANOS 1980: A SOCIEDADE CIVIL VOLTA À CENA

Projeto Memória dos Movimentos Socioambientais do Acre/ Governo do Acre/
Centro dos Trabalhadores da Amazônia/ Instituto de Estudos Amazônicos



Diretoria do CNS entrega, em outubro de 1985, documento final do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros ao presidente do Congresso Nacional, deputado Ulysses Guimarães, contendo propostas para enfrentar o desmatamento na Amazônia.

Silenciada por duas décadas, a sociedade civil brasileira buscou ocupar, ao longo dos anos 1980, os novos espaços políticos propiciados pela redemocratização, que teve na Assembleia Nacional Constituinte um momento crucial. A aprovação da Constituição de 1988 exigiu que a sociedade civil atuasse para assegurar efetividade aos direitos inscritos na nova Carta. Na ampla agenda de questões que mobilizavam as organizações não-governamentais naquele período estavam em destaque as políticas sociais e para o meio ambiente.

Por seu lado, a cooperação internacional dos Estados Unidos havia selecionado um conjunto de temas, relacionados ao meio ambiente e à democratização, a serem promovidos em âmbito global por meio de parcerias com universidades americanas. Os recursos para os projetos eram administrados pela Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos, a Usaid.

“A Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNY, na sigla em inglês) ganhou a concorrência para o projeto de treinamento da Usaid no Brasil. O Projeto SUNY enfocava áreas que eram muito importantes para o país no início dos anos 1990: mudança climática global, combate à AIDS, redução de dependentes de drogas e redução da corrupção. Além de mobilizar especialistas da própria universidade em vários campus do sistema SUNY, também recrutou especialistas de outras universidades americanas, de ONGs e especialistas de várias agências do governo federal americano. Este projeto também mobilizou vários especialistas brasileiros, programas federais e estaduais, ONGs locais, e outras instituições em atividades coordenadas e programas de treinamento, no Brasil e nos Estados Unidos”.

David Fleischer, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília e coordenador do Projeto SUNY Brasil ADC entre 1990 e 1995

No Brasil, era especialmente intenso o debate sobre o papel das populações locais no desenvolvimento da Amazônia. Submetidas à violência decorrente das políticas de ocupação da região, implantadas nas duas décadas anteriores, essas populações haviam construído alianças com acadêmicos, políticos e representantes de entidades de apoio situadas em lugares distantes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Washington ou Londres. De vítimas do milagre, seringueiros, índios, ribeirinhos e outras comunidades amazônicas haviam assumido um protagonismo inédito até então, organizando-se em torno de coalizões, como a Aliança dos Povos da Floresta, e de instituições como a União das Nações Indígenas (UNI) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), ainda nos anos 1980, e o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), no início dos anos 1990.

Tal protagonismo ensejou a necessidade de fortalecer essas instituições, demandando treinamento e capacitação para que seus técnicos e suas lideranças pudessem, ao longo do tempo, desempenhar autonomamente as atividades relacionadas à defesa de seus direitos e interesses.



Membros da Aliança dos Povos da Floresta exibem, em coletiva de imprensa realizada em Brasília, em 1987, imagem de satélite da NASA para denunciar desmatamento na Amazônia. Foi a primeira vez que a sociedade civil exibiu provas do desmatamento na região, até então negada pelo governo federal.

ANOS 1980: A SOCIEDADE CIVIL VOLTA À CENA



Deputado Ulysses Guimarães levanta o texto da nova Constituição federal em sessão da Assembléia Nacional Constituinte, realizada no dia 5 de outubro de 1988.

“Quando tive conhecimento da seleção para o 1º Curso de Aperfeiçoamento em Políticas Ambientais, fazia quase sete anos que estava em Rondônia colaborando intensamente com pequenos agricultores, extrativistas, indígenas e ONGs em projetos e políticas públicas socioambientais. Porém, em função do ativismo, nunca tive tempo para me aprofundar e tampouco trocar experiências com pessoas e instituições sobre o assunto. O curso iniciou um novo ciclo na minha atuação, pois desde então consigo relacionar mais facilmente o que faço nas comunidades com o que acontece no contexto macro e estabeleci uma rede de relações que desencadeiam parcerias até hoje”.

Cazuza, coordenador geral do Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre)

Ao mesmo tempo, a nova Constituição do país havia instaurado novos desafios para o poder público. Demandou a criação, a reformulação ou o fortalecimento de órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que passaram a ter competências inéditas relacionadas às políticas sociais e ambientais, bem como à formulação de leis e à defesa e julgamento de casos associados a tais temas. A estruturação de órgãos especializados em licenciamento e na gestão e conservação dos recursos naturais, a formação de uma nova geração de promotores capazes de atuar em temas socioambientais no âmbito do Ministério Público e o julgamento de ações relacionadas a essas questões pelo Judiciário, nos níveis estadual e federal, reclamavam formação específica e aprimoramento profissional.

“Uma sociedade pluralista exige, de todos os interessados, capacidade de atuar no espaço público, que é integrado por organizações do Estado e da sociedade. Essa era e continua sendo a principal demanda para a gestão pública na Amazônia e no Brasil. O apoio oferecido pelo Programa SUNY Brasil foi decisivo para mim e para um grande número de lideranças da região, pois contribuiu para ampliar a visão da política pública, das experiências de atuação, com seus potenciais e limites, e a compreensão de aspectos locais e globalizados da dinâmica socioambiental. Essa experiência ainda hoje repercute na atuação institucional e na articulação do Ministério Público na região amazônica”.

Raimundo Moraes, coordenador do Núcleo de Meio Ambiente do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Pará e bolsista do Programa de Treinamento Políticas Públicas e Meio Ambiente, realizado em agosto de 1994, em Washington DC

ANOS 1990:
O SURGIMENTO DO IEB

ANOS 1990: O SURGIMENTO DO IEB

Instituído no final dos anos 1980, o **Global Climate Change** foi um programa do governo dos Estados Unidos destinado a reduzir ameaças ambientais, particularmente a perda de biodiversidade e as emissões responsáveis pelo aquecimento global, e, ao mesmo tempo, promover o crescimento econômico em bases politicamente democráticas e economicamente sustentáveis. Administrado pela Usaid, o programa enfocava principalmente os setores de energia e indústria, manejo florestal e agricultura. Os recursos eram destinados ao treinamento e à capacitação de indivíduos e instituições, públicas e não-governamentais, que pudessem viabilizar mudanças positivas no uso e na gestão dos recursos naturais dos países beneficiados.

Em 1991, o núcleo institucional que viria, sete anos depois, a constituir o IEB zelava pela execução do Programa de Treinamento SUNY Brasil ADC. Os recursos financeiros, provenientes do **Global Climate Change**, eram destinados a bolsas de estudos em diversos temas. Nessa época, a equipe do programa ocupava uma pequena sala no espaço de uma entidade parceira, o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPNI), em Brasília. A partir de 1995, os recursos disponíveis para algumas das áreas do programa acabaram, restando apenas para a área de meio ambiente. Nesse momento, a continuidade do trabalho passou a estar ameaçada, já que a SUNY não dispunha de outros recursos e tampouco oferecia contrapartidas aos recursos disponíveis.



Maria José Gontijo é fundadora do IEB e diretora executiva da entidade.

“Com a saída do professor Fleischer, ficamos eu e a Camila. Fazíamos o trabalho com muita seriedade. Eram oferecidas bolsas individuais de mestrado e doutorado, geralmente fora do Brasil, e de intercâmbio para grupos de profissionais por setor. A situação nos incomodava, pois não havia esforço para a captação de novos recursos. Tínhamos apenas cerca de US\$ 500 mil por ano. No momento em que acabassem esses recursos, tudo acabava”.



“Nós organizávamos tudo por aqui: distribuíamos os editais pelo correio, recebíamos as candidaturas das pessoas, formávamos os comitês de seleção para que os candidatos pudessem sair do país e estudar. Tínhamos uma relação com os ex-bolsistas que demonstrava o quão importante era a manutenção desse trabalho. Criamos uma identidade própria. Quando a instituição nasce, ela nasce com essa herança: muitas pessoas se sentiam agradecidas e se orgulhavam dessa oportunidade”.

Camila de Castro, tradutora formada pela Universidade de Brasília, é gerente institucional do IEB e faz parte de sua equipe desde o Programa SUNY Brazil ADC.

De fato, não estava nos planos da SUNY institucionalizar sua presença no país. Diante disso, o aguerrido grupo que aqui atuava iniciou negociações com a universidade americana visando a criação de uma instituição brasileira. Havia precedentes para isso: outras parcerias do Global Climate Change com universidades americanas haviam gerado, no Brasil, entidades como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), formado a partir de um projeto com a Universidade Estadual da Pensilvânia; o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), com o Woods Hole Research Center, e o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre), formado a partir de parceria com a Universidade da Flórida.



O ecologista José Lutzenberger, ao centro, concede coletiva de imprensa como secretário especial de Meio Ambiente da Presidência da República, função que ocupou entre 1990 e 1992.

ANOS 1990: O SURGIMENTO DO IEB



Criada pela equipe do IEB em 1999, a primeira logomarca da entidade ensaia um abraço no Planeta Terra, uma metáfora recorrente na época que expressava o esforço do movimento ambientalista para protegê-la.

“Achávamos que o mesmo poderia ocorrer com a parceria com a SUNY, ou seja, que os bons resultados desse trabalho aqui poderiam resultar em uma instituição brasileira, que herdaria o capital institucional e humano construído no período em que tivemos o apoio da SUNY”.

Maria José Gontijo, IEB

Uma negociação com a SUNY possibilitou a criação de uma organização brasileira para dar continuidade ao programa. Nascia assim, em novembro de 1998, o Instituto Internacional de Educação do Brasil, o IEB, uma associação civil sem fins lucrativos dedicada à promoção de intercâmbio educacional e científico, conforme inscrito em seu primeiro estatuto. Faltava, porém, a infra-estrutura necessária para que viabilizasse sua atuação até que tivesse como caminhar com suas próprias pernas. A solução encontrada foi celebrar um acordo com o WWF, por meio do qual os recursos da SUNY passariam a fazer parte do **Programa Natureza e Sociedade**. O apoio do WWF foi fundamental para que o IEB pudesse avançar naquele momento.

O **Programa Natureza e Sociedade** financiava bolsas para pesquisas de campo, de mestrado e doutorado, que tivessem como objeto a conservação e o manejo dos ecossistemas brasileiros. Gerido pelo WWF e iniciado com o apoio da Fundação Ford em 1994, o programa passou a receber, em 1996, recursos financeiros da Usaid.

“Em 1997, WWF e SUNY firmaram uma parceria para integrar seus programas sob o Programa Natureza e Sociedade, que oferecia bolsas no exterior, bem como cursos de especialização em áreas estratégicas. Naquele momento, o Programa da SUNY estava sendo implementado por um grupo local. Então, pedimos a inclusão de uma cláusula no contrato entre WWF e SUNY para que esse grupo local fosse apoiado diretamente pela SUNY até que pudesse caminhar com as próprias pernas e tivesse sua autonomia. Foi desse grupo que surgiu o IEB. Achei importante essa decisão porque este grupo agregou valor ao Natureza e Sociedade, dando sustentabilidade ao programa no longo prazo”.

Bob Buschbacher, ex-superintendente técnico do WWF-Brasil e atualmente coordenador do programa Amazon Conservation Leadership Initiative, da Universidade da Flórida

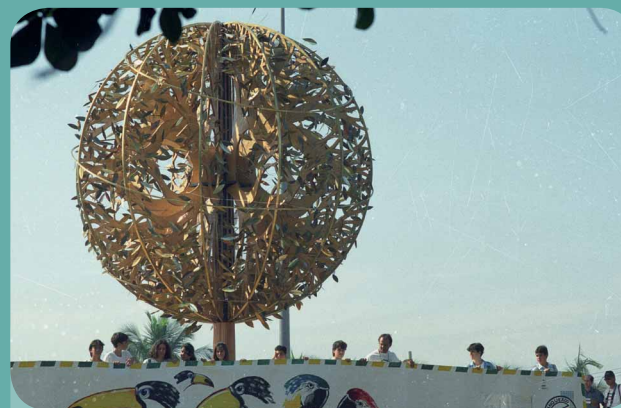
“Depois de trabalhar em parceria com nossas colegas do Brasil por tantos anos, a SUNY viu a criação do IEB como um passo adiante lógico, de forma que as atividades de capacitação e educação, que tanto valorizávamos, pudessem seguir com ou sem nossa colaboração. Nosso objetivo era apoiar o IEB para que se tornasse uma instituição totalmente independente, capaz de investir no aprimoramento de pessoas com o intuito de gerar e dividir conhecimentos”.

Cecelia Skott, diretora técnica do Programa de Treinamento SUNY Brasil ADC, da Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNY), e fundadora do IEB



No Gonzales / Agência O Globo

Cerimônia de encerramento do encontro dos chefes de estado durante a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.



Willian de Moura / Agência O Globo

Manifestação ambientalista durante a Eco-92, no Rio de Janeiro.

ANOS 1990: O SURGIMENTO DO IEB

O acordo com a SUNY propiciou à recém-criada instituição obter uma infra-estrutura básica para seu funcionamento em Brasília. O arranjo feito possibilitou, ainda, que os recursos financeiros fossem repassados ao IEB, por meio do WWF, para o financiamento de bolsas de estudos e a realização dos primeiros cursos de capacitação na área de meio ambiente.

“Naquele momento começamos a organizar os nossos primeiros cursos, como o de Política Ambiental e o de Comunicação e Meio Ambiente, desenvolvidos junto com o WWF. Os cursos passaram a ser construídos em seminários dos quais participavam, inclusive, pessoas beneficiadas anteriormente por nossas bolsas. Depois, obtivemos mais recursos e já conseguíamos fazer os cursos por conta própria. Assim, fomos montando nosso portfólio”.

Camila de Castro, IEB

Como vimos, as Convenções sobre Biodiversidade e sobre Mudanças Climáticas haviam estabelecido, para os países que as ratificaram, uma série de compromissos voltados para a promoção da sustentabilidade ambiental e a mitigação de emissões de gases estufa. No Brasil, o desmatamento da Amazônia se tornara objeto de preocupações globais. Foi nesse contexto que a Embaixada do Reino dos Países Baixos buscou uma instituição brasileira para investir em capacitação e fortalecimento institucional na área de meio ambiente. Indicado pelo coordenador do Global Climate Change à época, Eric Stoner, o IEB assinou seu primeiro contrato com a Embaixada dos Países Baixos, fato que mudaria decisivamente sua história.

“O Brasil tinha um papel fundamental na busca de soluções na área de clima, pois já se destacava na pesquisa de carbono em ecossistemas tropicais. Porém, faltava articulação entre pesquisa, capacitação e políticas públicas ambientais. Partindo de experiências da Usaid no Brasil, em fortalecimento de instituições ambientais, recomendamos à Embaixada dos Países Baixos entidades da sociedade civil para costurar a articulação necessária. Eles buscavam parceiros para ampliar o consenso sobre ações possíveis para diminuir emissões de gases de efeito de estufa e sequestro de carbono justamente na época em que o IEB se firmava como instituição de referência na área ambiental, por sua capacidade de construir pontes entre o setor público e privado, entre pesquisa acadêmica e tecnologia aplicada, articulando políticas públicas e traduzindo-as para o público leigo”.

Eric Stoner, coordenador do Programa Ambiental da Usaid no Brasil

“Éramos uma das poucas instituições brasileiras com acúmulo em educação, especialmente na área de meio ambiente. Já tínhamos uma expertise, sabíamos como organizar cursos, já contávamos com uma lista de excelentes consultores, especialistas em diversas áreas. É importante destacar que as questões relacionadas às mudanças climáticas e à sustentabilidade na Amazônia eram, também, preocupações nacionais. Havia programas governamentais como o PPG7 e, além disso, o Brasil havia ratificado as duas convenções, assumindo compromissos perante o mundo para enfrentar esses problemas”.

Maria José Gontijo, IEB

Executado entre 2000 e 2005, o **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis)** teve o objetivo de fortalecer a capacidade de organizações da sociedade civil, do poder público e da iniciativa privada para dialogar e articular soluções para problemas socioambientais locais. Mais informações sobre o Padis na página 46

O contrato com os Países Baixos foi o primeiro feito pelo IEB para executar projetos de forma autônoma. Destinado ao fortalecimento da sociedade civil, esse acordo proporcionou ao IEB implementar o **Padis**, projeto que viria a produzir alguns dos resultados mais expressivos em seus 10 anos de história. Porém, ao final do primeiro ano desse contrato, o IEB teve que reconhecer suas fragilidades e estruturar-se para poder seguir adiante.

“A verdade é que, aos poucos, fomos obrigados a nos adequar às exigências de grandes doadores internacionais. Ao final do primeiro ano do contrato, passamos por uma profunda auditoria, não financeira, mas de capacidade institucional, e como consequência disso, tivemos que trabalhar dia e noite para resolver os vários pequenos problemas identificados. Precisávamos enfrentá-los para poder acessar os recursos e isso foi muito importante para o nosso crescimento”.

Maria José Gontijo, IEB



WWF-Brasil – Juvenal Pereira

Entre agosto de 1994 e julho de 1995, foi registrada a mais alta taxa de desmatamento na Amazônia dentro da série histórica anualmente estimada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): 29 mil quilômetros quadrados.



UNEP

Participantes de reunião do grupo de apoio técnico sobre ciência e tecnologia da Conferência do Clima, realizada em Bonn, junho de 2003.

ANOS 1990: O SURGIMENTO DO IEB

O **Programa Mudanças Climáticas (Mudaclima)** investiu na ampliação do conhecimento com o intuito de modificar a percepção da sociedade brasileira sobre as questões relacionadas às mudanças climáticas. Seus cursos foram frequentados por um diversificado universo de profissionais. Mais informações sobre o Mudaclima na página 58.

O **Programa Negócios Sustentáveis (Pronegócios)** incentivou o empreendedorismo como forma de gerar negócios que resultassem em emprego e renda, observando critérios éticos, a responsabilidade social e a consciência ambiental. Atendeu a uma ampla demanda, formada por representantes de comunidades rurais, pequenos produtores, representantes de empresas, de ONGs e órgãos públicos.

No ano seguinte, os representantes dos Países Baixos procuraram o IEB e propuseram a assinatura de um segundo contrato, mais amplo e de valor mais elevado, denominado Projeto Missão Institucional. Dele resultaram dois novos programas – o **Mudaclima** e o **Pronegócios**. Além destes, receberam novos recursos para o Programa Natureza e Sociedade e um aporte adicional que viabilizou um componente de fortalecimento institucional do IEB.

“Em 1998, a cooperação internacional holandesa decidiu iniciar um programa com o Brasil para promover o combate à pobreza e preservar os recursos naturais. Diante do orçamento relativamente modesto, o caminho mais promissor parecia ser a conscientização das populações envolvidas e das autoridades locais. Na época, o IEB trabalhava sobre este objetivo. O desenvolvimento do Padis foi, então, um passo natural. Num segundo momento, também o setor privado juntou-se ao programa estabelecido pelo IEB e o governo holandês”.

Robert-Jan Sieben, primeiro secretário da Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil na época

“Vejo o Projeto Missão Institucional como uma aposta que fizeram na gente. Além de fornecer recursos para o fortalecimento de outras instituições, eles acreditaram que valia a pena investir no nosso fortalecimento, para que nos consolidássemos e pudéssemos gerir outros projetos no futuro. Não tínhamos muita noção do que isso representaria, tivemos que nos deparar com várias exigências, como criar um sistema de gerenciamento financeiro, fazer planejamento estratégico, coisas que nos fizeram amadurecer como instituição”.

Camila de Castro, IEB

Nessa época, após mais de dez anos, o apoio recebido pelo IEB no âmbito do Global Climate Change foi finalizado, encerrando a parceria da entidade com a SUNY no Programa Natureza e Sociedade. Essa experiência deixou como legado um abrangente capital de relações com os profissionais beneficiados pelas bolsas e cursos oferecidos.

“Na fase do Programa SUNY e do Natureza e Sociedade demos uma importante contribuição à formação de toda uma geração de ambientalistas, com uma história de 103 projetos institucionais e 55 instituições apoiados, 5.847 indivíduos treinados e 42 teses produzidas.”

Camila de Castro, IEB

ANOS 2000:
**AMADURECIMENTO
INSTITUCIONAL**

ANOS 2000: **AMADURECIMENTO INSTITUCIONAL**

A identidade socioambiental do IEB está sintetizada em sua atual logomarca, criada em 2004, na qual no primeiro plano uma árvore e uma figura humana se fundem numa só entidade, e, ao fundo, o horizonte, em dois tons de azul, alude à atmosfera e aos ambientes aquáticos.

Juan Prágustis



Manifestação ambientalista em frente ao Congresso Nacional, em 2000, contra alterações propostas pela bancada ruralista ao Código Florestal. As mudanças na lei, que incrementariam o desmatamento em todos os biomas brasileiros, foram derrotadas na ocasião diante da pressão da opinião pública.

Os projetos desenvolvidos com os recursos dos Países Baixos possibilitaram ao IEB firmar-se no cenário das organizações não-governamentais brasileiras como especialista em capacitação para o desenvolvimento sustentável. Desta forma, o IEB incorporou definitivamente o treinamento como componente estrutural de todos os seus programas e fez da capacitação sua missão, juntamente com a disseminação de conhecimentos e o fortalecimento da articulação de atores sociais para constituírem e atuarem no espaço público. Buscou, por meio de suas atividades, fomentar o diálogo entre diversos setores da sociedade, como governos, empresariado e Terceiro Setor.

“A experiência do Padis mostrou que capacitação na área socio-ambiental é muito mais do que transmitir conhecimentos e informações. É fundamental cuidar da qualidade do espaço público, da construção de uma cultura política nova, em sintonia com as necessidades de um mundo sustentável, pelo qual lutamos. A partir daí, o IEB consolidou métodos e abordagens que trazem entranhada essa sensibilidade e dão competência diferenciada a todos os seus projetos”.

Maristela Bernardo, jornalista e presidente do Conselho Diretor do IEB

Aproveitando o investimento em curso em seu fortalecimento institucional, o IEB decidiu enfrentar a concorrência de um edital lançado pela Usaid, cujo objetivo era apoiar projetos com foco na conservação e na geração de benefícios socioeconômicos nas duas florestas tropicais do Brasil, segundo o espírito da Convenção sobre Diversidade Biológica. Para isso, formou, com cinco outras prestigiadas instituições não-governamentais brasileiras

Consórcio Alfa foi o nome dado à Aliança para a Floresta Amazônica e Mata Atlântica, composta pelo IEB, pelo Imazon, pela Fundação Floresta Tropical, pelo Imaflora, pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), pelo Pesacre e pela Universidade da Flórida. O Consórcio teve, ainda, o Instituto Bioatlântica e o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) como organizações associadas.

e uma universidade norte-americana, o **Consórcio Alfa**, um dos vencedores da concorrência. O IEB liderou todo o processo, da montagem da proposta técnica à sua execução.

“Convidamos os parceiros e, durante o Carnaval de 2003, discutimos o edital. Nosso desafio era montar uma proposta técnica que refletisse a qualidade do trabalho de organizações que ainda estavam se estruturando, mas já faziam um grande trabalho. Foi uma coisa ousada de nossa parte, pois éramos uma instituição muito pequena, mas tínhamos confiança em nosso trabalho. A experiência com o Consórcio Alfa consolidou antigas parcerias e resultou em outras, com instituições muito respeitadas no cenário socioambiental brasileiro”.

Maria José Gontijo, IEB

“A elaboração e implementação da proposta do Consórcio Alfa foi um grande desafio. Inicialmente, envolveu identificar instituições com capacidades complementares e desenvolver idéias e abordagens coerentes entre essas instituições. Depois, demandou a coordenação de atividades e gestão financeira complexas. No Imazon, aprendemos muito sobre como construir e conduzir esse tipo de iniciativa complexa. O IEB foi um grande agregador que facilitou esse aprendizado”.

Paulo Barreto, pesquisador sênior do Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon)



Bento Viana

Reunião do Padis com conselheiros do Parque Nacional da Serra do Divisor (AC).



ISD

Ministra do Meio Ambiente Marina Silva recepciona Ahmed Djoghla, secretário executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, na abertura da COP-8, realizada em Curitiba em 2006.

ANOS 2000: AMADURECIMENTO INSTITUCIONAL

O aprendizado acumulado desde os tempos da SUNY mostrou que o caminho para a realização de seus objetivos passaria necessariamente pela competição por recursos, disputados e na maior parte das vezes absorvidos por grandes organizações não-governamentais internacionais. Assim, ao longo de 2004, o IEB dedicou esforços à sua estruturação financeira e ao aprimoramento de seu quadro de profissionais, de forma que estivesse apto a buscar novos doadores. Esse trabalho foi recompensado pela aprovação de quatro novos projetos entre seis apresentados. Um destes, vindo da Fundação Gordon e Betty Moore, viabilizou a retomada do programa de bolsas, estratégico para o IEB e interrompido desde o fim do contrato com a SUNY.

“A aprovação do Programa de Bolsas de Estudos para a Conservação da Amazônia, ao qual demos o nome de Beca, foi uma grande notícia para nós. Afinal, o IEB nasceu de um programa de bolsas e voltar a oferecê-lo trouxe mais energia e dinamismo para a instituição. No primeiro ano, beneficiamos 92 participantes com bolsas de curta e de longa duração”.

Camila de Castro, IEB

Ainda que tenha trabalhado com projetos dirigidos ao Cerrado e à Mata Atlântica, a Amazônia brasileira se firmou como a principal área geográfica de atuação do IEB. O adensamento de sua atuação na região tornou inevitável a necessidade de instalar uma base local para facilitar a logística dos projetos e aproximar a entidade de seus parceiros regionais. Assim, em 2005 foi aberto o Escritório Regional de Belém, na capital paraense, sede de alguns programas desenvolvidos na região.

“Essa demanda surgiu a partir do envolvimento do IEB com manejo florestal comunitário e ficou mais evidente com nosso trabalho junto ao Consórcio Alfa e o início de outros projetos, como o Beca, o Comunidades e Florestas e o Floresta em Pé. De início, ocupávamos provisoriamente um espaço do Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia e, em maio de 2005, inauguramos nosso próprio escritório, no centro de Belém”.

Maria José Gontijo, IEB

DEZ ANOS DEPOIS,
RECONHECIMENTO
E NOVOS DESAFIOS

DEZ ANOS DEPOIS, RECONHECIMENTO E NOVOS DESAFIOS

A estruturação institucional, vivenciada neste período, resulta em aprovação de novos projetos que, por sua vez, exigem uma equipe maior e mais qualificada. Entre 2005 e 2006 é criada a equipe de comunicação, ao mesmo tempo em que é consolidado o programa de cursos, que passa a chamar-se Caleidoscópio, e o programa de gestão do conhecimento. Tal crescimento ensejou a necessidade de se estabelecer um novo espaço de gestão, que permitisse integrar os projetos em curso, ampliar a participação dos novos gestores e descentralizar a tomada de decisão, até então concentrada na diretoria executiva. Em 2006, é instalado o Comitê Gestor, formado por 15 profissionais das áreas executiva, técnica e administrativa, que passam a compartilhar as decisões internas.

“Considero importante destacar o papel do Comitê Gestor no processo de construção coletiva. Ou seja, saímos de um momento onde a instituição era o sonho de duas pessoas para o momento atual, em que um grupo de pessoas se agregou ao IEB para trabalhar e construir juntos o futuro da instituição. O futuro agora será fruto da construção coletiva e cabe a esse grupo levá-lo a cabo”.

Maria José Gontijo, IEB

Já seguro de seu papel no cenário socioambiental no Brasil, o IEB sintetiza sua visão política para o país na frase que adota como lema: “gente: base para uma sociedade sustentável”. Em 2006, seu trabalho é publicamente reconhecido: conquista o Prêmio Ford Motor Company de Conservação Ambiental, na categoria “Ciência e formação de recursos humanos”; obtém o segundo lugar na categoria organização não-governamental do Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente, conferido pelo Ministério do Meio Ambiente; e leva o Troféu Baobá na II Mostra Internacional de Cinema Ambiental de Natal (RN), com o documentário “O divisor que nos une”. Em 2007, a fim de contemplar as alterações no novo Código Civil, o IEB altera seu estatuto, definindo-se como “uma associação socioambientalista cuja missão é capacitar, incentivar a formação, gerar e disseminar conhecimentos e fortalecer a articulação de atores sociais para construir uma sociedade sustentável”.

“A gente não chegou aonde chegou por acaso. Houve um investimento pesado nessas coisas que normalmente não são priorizados pelo setor não-governamental. Qualificar o IEB para disputar recursos com grandes entidades foi um trabalho que consumiu grande parte de nossas energias. A preparação de uma organização para um diagnóstico de capacidade institucional, como tivemos que enfrentar, que comprovasse nossa capacidade para gerir recursos de grandes doadores, é longa, cara e desgastante”.

Maria José Gontijo, IEB

“Como membro do quadro de fundadores do IEB, posso dizer que seu sucesso e longevidade são provas do trabalho sério e da dedicação de sua equipe. Suas conquistas superaram os meus sonhos mais audaciosos e minhas maiores expectativas!”

Cecelia Skott, diretora técnica do Programa de Treinamento SUNY ADC Brasil, da Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNY), e fundadora do IEB

Arquivo IEB

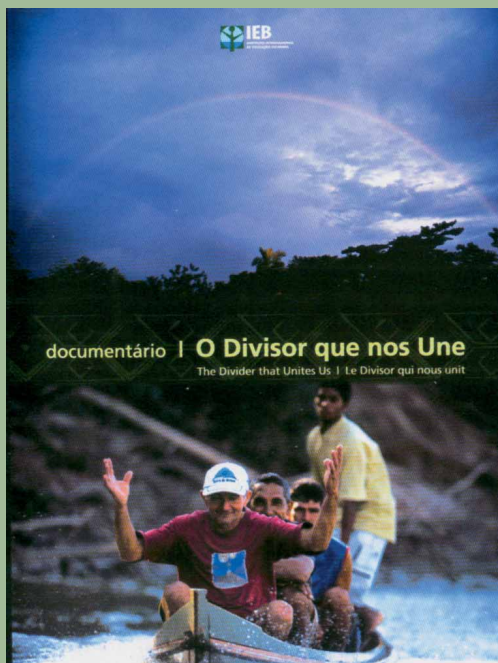


Maria José, diretora executiva do IEB, com o Prêmio Ford Motor Company de Conservação Ambiental, concedido em novembro de 2006. O IEB conquistou o primeiro lugar na categoria Ciência e Formação de Recursos Humanos.

No Brasil, depois de uma década de enxugamento das estruturas governamentais, os cinco últimos anos foram marcados por um recrudescimento do papel do Estado como agente indutor do crescimento econômico. Surge o Programa de Aceleração do Crescimento, com uma extensa carteira de projetos de infra-estrutura para a Amazônia. A confluência dos planos governamentais e privados incrementa a violência contra comunidades rurais e indígenas na região. Nesse contexto, a solidez institucional construída ao longo dos anos é posta à prova no primeiro semestre de 2007, quando eclode na imprensa uma campanha de difamação tendo como alvo ONGs com atuação na Amazônia. Pela primeira vez, o IEB é alvo de acusações feitas, ciclicamente, por interesses econômicos e políticos com o intuito de intimidar entidades com projetos na região. Nesse ambiente hostil, a Iniciativa de Conservação para a Bacia Amazônica, da Usaid, fonte de recursos dos consórcios **Fortis** e **Paisagens Indígenas**, integrados pelo IEB, sofreu restrições do governo brasileiro, o que levou a uma momentânea paralisação dos projetos aprovados.

Liderado pelo IEB, o **Consórcio Fortis** é formado pelas ONGs Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Associação de Defesa Etno-Ambiental Kanindé e Conservação Estratégica (CSF Brasil), que decidiram atuar juntas no apoio ao fortalecimento das capacidades de atores e parceiros locais com atuação em municípios do sul do Amazonas. Iniciado em outubro de 2006, o consórcio tem duração prevista de cinco anos.

O **Consórcio Paisagens Indígenas** apóia organizações indígenas amazônicas para que estejam tecnicamente aptas e politicamente articuladas para influenciar políticas públicas e decisões relacionadas à gestão, manejo e proteção dos territórios indígenas e de seu entorno. Fortalecidas, poderão contribuir para a conservação da biodiversidade, a diversificação dos modos de vida e o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

DEZ ANOS DEPOIS, **RECONHECIMENTO E NOVOS DESAFIOS**

Em 2001, o IEB foi convidado pelo Ibama do Acre e por parceiros do Padis a colaborar com a criação e instalação do conselho consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor, decretado em 1989, na fronteira entre Acre e Peru. Sua criação passou a ser um problema para 500 famílias que viviam na área, iniciando conflitos com representantes de entidades que defendiam sua retirada. O documentário registra parte do processo por meio do qual o conselho consultivo se converte em espaço de diálogo e de busca por soluções para esse impasse.

“Foi um ano difícil. Ficamos perplexos com as acusações ao nosso trabalho, feitas de forma irresponsável pela imprensa e em discursos no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, havíamos conquistado uma competição por recursos, tínhamos recebido parte deles e não podíamos trabalhar. Não discutimos as razões do governo brasileiro para questionar a Iniciativa da Usaid, mas não aceitamos o desrespeito ao trabalho sério que fazemos na região. Afinal, a conservação da Amazônia é uma premissa constitucional. Essa crise nos tomou oito meses, mas nos recuperamos junto com os outros parceiros que passaram pelo mesmo sufoco”.

Maria José Gontijo, IEB

“Há uma campanha de expropriação territorial sendo levada a cabo pelo agronegócio e pela ampliação da malha da infra-estrutura, ataque esse que é perpetrado contra terras indígenas, unidades de conservação, terras quilombolas. Se temos institucionalmente como valor a promoção da justiça social e ambiental, a defesa dos direitos territoriais e a uma vida digna para esses grupos. Devemos apoiá-los em seus projetos autônômicos, dando-lhes a oportunidade de escolher o grau de integração que eles querem ter com a sociedade de mercado. É uma frente muito ampla para ser trabalhada e uma instituição do porte do IEB, com o portfólio de projetos que tem hoje, faz isso de forma ainda muito tímida”.

Henyo Barretto, coordenador do Programa Beca e membro do Comitê Gestor do IEB

O IEB entra em seu décimo ano de existência com maior clareza sobre os desafios que o cercam e sobre o papel a ser desempenhado no contexto político nacional, especialmente na Amazônia. Ao mesmo tempo em que busca ampliar e diversificar as fontes de financiamento para seus projetos e aprimora sua capacidade de planejamento e de monitoramento e avaliação, sedimenta sua atuação como entidade dedicada a estabelecer pontes entre questões diretamente relacionadas à conservação dos recursos naturais e as demais dimensões da sustentabilidade, sejam elas econômicas, institucionais, sociais e culturais.

“Nestes tempos de crescimento exponencial da economia global, de sobreexploração dos recursos naturais do planeta e de mudanças climáticas dramáticas iminentes, a necessidade de atuar em prol do interesse público é muito clara. Por isso, a missão e as atividades do IEB são mais relevantes do que nunca. Estou convencido que o IEB vai continuar crescendo e aumentando sua contribuição na capacitação e produção de conhecimentos e metodologias para o desenvolvimento sustentável”.

Gordon Armstrong, diretor técnico e membro do Comitê Gestor do IEB

“Estamos permanentemente atentos à sustentabilidade da instituição, que é a nossa capacidade de mobilização para manter o valor social de nosso trabalho, isto é, a nossa contribuição para a resolução duradoura dos problemas sociais. E esse valor social pressupõe um reconhecimento público de sua relevância. A perenidade da instituição por si só não é nada se ela não for capaz de agregar valor social”.

Maria José Gontijo, diretora executiva do IEB



Arquivo IEB

Equipe do IEB em 2007.

IEB: elo para uma **sociedade sustentável**

O IEB é uma entidade política. Por isso, aprendeu a atuar de forma atenta às transformações pelas quais passa, permanentemente, o mundo no qual cumpre sua missão. Assim, se o mundo muda, mudam também as formas de expressar-se como instituição.

Na fragmentada paisagem composta pelas centenas de organizações não-governamentais ambientalistas que atuam no país, o IEB edificou um espaço próprio, assentado na promoção de conhecimentos e de parcerias para fortalecer a construção de uma sociedade sustentável. A capacitação de pessoas, a disseminação de conhecimentos e o desenvolvimento de entidades capazes de construir e atuar em espaços democráticos sobre questões identificadas como ambientais são as formas por meio das quais o IEB se distingue e se expressa no ambiente político nacional.

Os textos publicados a seguir constituem uma amostra da contribuição dada pelo IEB, ao longo de seus dez anos de história, para a melhoria das condições sociais, políticas e ambientais desse nosso pedaço de mundo chamado Brasil.

Um pequeno movimento, uma grande mudança

Em seus primeiros anos de existência, o IEB dedicou esforços à formação de uma geração de profissionais que hoje ocupam postos de destaque no poder público e em ONGs. A experiência com projetos desenvolvidos em anos recentes levou o Instituto a mudar o foco de seu trabalho, priorizando o apoio à formação de lideranças no âmbito local, espaço onde os efeitos de políticas públicas e a disputa pelos recursos naturais se expressa de forma mais conflituosa.

Ao longo de seus dez anos, o IEB se dedicou a atender parte da crescente demanda de instituições brasileiras por capacitação em temas relacionados ao meio ambiente. Nesse percurso, o Instituto foi gradualmente ampliando sua compreensão sobre os problemas ambientais no país, o que acabou por influenciar as metodologias e as escolhas relacionadas à área de atuação e ao público dos cursos oferecidos.

“Os participantes dos nossos primeiros cursos eram predominantemente profissionais vindos de bons cursos superiores; alguns deles já ocupavam posições de destaque em suas instituições, seja no poder público ou em ONGs”, ressalta Maria José Gontijo, diretora executiva do IEB. Entre a clientela atendida naquele período havia indivíduos que, hoje, são magistrados, líderes de organizações não-governamentais, técnicos em cargos de comando na estrutura de órgãos governamentais nos três níveis, profissionais do setor privado e pequenos empreendedores.

A fase pré-IEB

Em 1991, quando o Brasil ainda estruturava sua legislação e seus órgãos de meio ambiente, as primeiras capacitações decorriam do Programa de Treinamento SUNY Brasil ADC, financiado com recursos da Usaid administrados pela Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNY, na sigla em inglês). Tratava-se, basicamente, de um programa de intercâmbio que oferecia aos participantes a oportunidade de conhecer de perto o sistema de meio ambiente dos Estados Unidos. “Organizávamos grupos que iam conhecer o funcionamento dos órgãos de meio ambiente do país, visitavam entidades ambientalistas e participavam de palestras em universidades norte-americanas”, ressalta Camila de Castro que, ao lado de Maria José, administrava o programa no Brasil.

Além desse intercâmbio, o programa dispunha de duas modalidades de bolsas de estudo de cunho acadêmico: treinamento de longo prazo, para mestrado e doutorado, e bolsa de aperfeiçoamento, de médio ou curto prazo, ambas no exterior. Posteriormente, na época da fusão com o Programa Natureza e Sociedade (PNS), coordenado pelo WWF, foi criada uma linha de apoio institucional. “Eram pequenos apoios, fornecidos a ONGs e a entidades do movimento social, dirigidos a cursos organizados pelas próprias entidades”, recorda Camila.



Arquivo IEB

O curso de Política Ambiental foi o primeiro a ser organizado pelo IEB após sua fundação, em 1998. Na foto, os participantes da quinta edição desse curso, realizada em Brasília no ano de 2004.





O curso de Comunicação e Meio Ambiente surgiu por demanda dos participantes de outros cursos do IEB. Na foto acima, cena da décima edição do curso, realizada em Belém em 2005.

O IEB e o primeiro curso no Brasil

Em 1997, ao final do segundo intercâmbio nos Estados Unidos, e já sob os auspícios do PNS, uma reunião de avaliação com os participantes apontou a necessidade de organizar um curso no Brasil, tendo como foco a política de meio ambiente do país. Nasceu, assim, o curso de Política Ambiental, cuja primeira edição foi realizada em 1998, ano de fundação do Instituto Internacional de Educação do Brasil, o IEB. “Consideramos esse curso, realizado em Brasília, como o nosso primeiro trabalho de capacitação”, conta Maria José.

A convivência com os participantes desse curso ensejou a estruturação de outros, que enfocariam temáticas relevantes para a profissionalização do setor ambiental. “Foi ficando claro, nos cursos de Política, que havia demanda por um pacote de cursos que suprisse certas deficiências em áreas importantes para a prática diária desses profissionais”, recorda Maria José. Foi dessa demanda espontânea que surgiram os cursos Comunicação e Meio Ambiente, que teve sua primeira edição em 1999, e Direito Ambiental, realizado pela primeira vez em 2000.

Quando os recursos oriundos da SUNY terminaram, em 2002, deixaram um saldo de 103 projetos de apoio institucional aprovados, beneficiando 55 diferentes instituições; 5.847 pessoas treinadas e 42 teses de pós-graduação produzidas, entre bolsas e apoios pontuais. “A parceria do IEB com a SUNY e o WWF contribuiu para a formação de toda uma geração de técnicos, profissionais, militantes e ativistas da área ambiental, em especial os vinculados mais diretamente à conservação da biodiversidade”, calcula Camila de Castro.

Caleidoscópio, o programa de cursos do IEB

A assinatura de um acordo de cooperação com os Países Baixos para o treinamento no Brasil em temas ambientais, em 2000, alterou substancialmente o perfil da capacitação e dos cursos organizados pelo IEB. Esse acordo possibilitou abordar temáticas até então inéditas para a instituição – apoio ao desenvolvimento local, negócios sustentáveis e mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, investiu em seu planejamento estratégico e favoreceu o desenvolvimento de uma nova metodologia dirigida para projetos de apoio a instituições locais, associando, à intervenção no campo, reflexão conceitual e flexibilidade para lidar com as diferentes realidades do país.

Formulada no âmbito do Padis, essa metodologia deu ao IEB maior intimidade com a diversidade cultural, as mazelas e as necessidades que marcam a realidade de comunidades situadas em zonas rurais e em pequenos municípios, especialmente da Amazônia, levando a instituição a uma profunda reflexão sobre sua própria missão como entidade de apoio. Lideranças e organizações de comunidades locais da Amazônia, incluindo povos indígenas, se tornaram o foco prioritário do esforço de capacitação do IEB.

Dessa experiência surgiu o curso Metodologias Participativas para a Construção de Espaços Públicos Socioambientais, destinado a ensinar a aplicação da metodologia criada e aperfeiçoada no Padis. Em 2005, o IEB reorganizou seu programa de cursos, dando-lhe o nome de Caleidoscópio. Gerenciado por Camila de Castro, o Caleidoscópio absorveu a herança deixada pelos cursos realizados desde a criação do Instituto, em 1998.



Arquivo IEB

Atividade do curso de Política Ambiental, realizado em Porto Velho (RO) no último mês de outubro de 2008. Nova abordagem metodológica exemplifica opção do IEB por apoiar o fortalecimento de entidades locais.



Portfólio atual do Programa Caleidoscópio

O Programa de Cursos Caleidoscópio contabiliza a capacitação de 1.655 indivíduos, de um total de 5.700 candidaturas, desde 1998. O atual portfólio do Caleidoscópio é formado pelos seguintes cursos: Comunicação e Meio Ambiente – proporciona à profissionais da área ambiental a oportunidade de conhecer o universo jornalístico e as ferramentas de comunicação para ampliar e qualificar a inserção do tema socioambiental na mídia. Dez edições realizadas.

Gestão Participativa das Águas – proporciona a indivíduos e instituições atuantes na gestão das águas a oportunidade de ampliar o conhecimento sobre as políticas públicas de recursos hídricos, os instrumentos de gestão e os aspectos de conservação da água e serviços ambientais. Duas edições realizadas.

Ferramentas Econômicas para a Conservação – desenvolvido em parceria com a Conservação Estratégica (CSF), oferece aos profissionais da área ambiental ferramentas de análise econômica que lhes permitam entender as forças que atuam na fragmentação dos ecossistemas e na degradação do meio ambiente, contribuindo, assim, para que os participantes atuem de forma mais estratégica visando atingir metas de conservação e desenvolvimento sustentável. Treze edições realizadas.

Aperfeiçoamento em Políticas Ambientais

– o foco do curso é o estudo da política ambiental brasileira, enfatizando as múltiplas repercussões dessa política. O curso também examina inovações e novos instrumentos disponíveis para a formação, implementação e avaliação da política ambiental. Seis edições realizadas.

Aperfeiçoamento em Direito Ambiental

– oferece aos operadores do direito as ferramentas jurídicas disponíveis para a conservação do meio ambiente, tornando-os aptos a definir áreas de ação prioritária, por meio de uma visão estratégica do processo, que inclui mecanismos de prevenção e repressão às infrações e aos crimes ambientais. Sete edições realizadas.

Metodologias Participativas para a Construção de Espaços Públicos Socioambientais

– por meio do debate sobre as estratégias e os métodos participativos, procura-se ampliar as capacidades e habilidades de profissionais que atuam como membros ou facilitadores de espaços públicos voltados para a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável. Uma edição realizada.

Empreendedorismo em Negócios e Desenvolvimento Sustentável

– oferece oportunidades de treinamento e aprendizagem voltados para identificar e/ou desenvolver o espírito empreendedor e o conceito de desenvolvimento sustentável. O

objetivo é que os alunos estejam aptos, ao fim do curso, a colaborar no desenvolvimento e implementação de negócios rentáveis e sustentáveis. Quatro edições realizadas.

Oficina de Formação de Comunicadores

Populares – A oficina tem o objetivo de realizar um laboratório de comunicação capaz de promover e incentivar a criação de programas de rádio e de uma rede de Repórteres Ambientais Populares, com vistas à veiculação regular de notícias e ações de caráter educativo sobre a temática ambiental. Uma edição realizada.

Mudanças climáticas – incorporado a partir da experiência acumulada pelo Mudaclima, especialmente do curso “A ecologia e o ciclo do carbono”, que teve quatro edições, trata-se de um curso de amplo espectro que visa treinar profissionais para a compreensão dos complexos tópicos que perpassam o tema e sua relação com a biodiversidade. Uma edição até o momento.

Oficinas de manejo comunitário – organizado junto com o Programa de Manejo Florestal Comunitário do IEB, visa a articulação entre entidades com projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia, de forma que possam compartilhar experiências e conhecimentos locais que ajudem a pensar soluções para problemas comuns ao setor.

Na Amazônia, o futuro do Instituto?

O foco na capacitação, visando organizar comunidades rurais em entidades capazes de influenciar os rumos das políticas públicas no âmbito local, tem o sul do Amazonas - área geográfica do Consórcio Fortis - como um laboratório. “Pegamos a experiência anterior e estamos levando esse aprendizado para a ponta, capacitando pessoas que estão fazendo política ambiental no campo”, explica Maria José. A região, assolada recentemente pelos efeitos deletérios causados pelo avanço da fronteira econômica, recebeu em outubro de 2008 o primeiro curso de política ambiental desenhado segundo as características do público e as condições da realidade regional.

“Mudou o enfoque do curso, deixando para trás a agenda centrada na política governamental federal e privilegiando hoje uma formação mais pautada na reflexão sobre a realidade local. O objetivo é construir o contexto nos quais as políticas irão incidir”, explica Ailton Dias, engenheiro agrônomo que, antes de dirigir o Padis e o Fortis pelo IEB, passou por uma das primeiras edições do curso de Política Ambiental. Ele destaca que, hoje, a tendência é que os cursos do IEB sejam formatados a partir de um recorte geográfico específico, considerando diagnósticos feitos para orientar as temáticas e tópicos a serem abordados na capacitação, segundo o perfil e as necessidades do público a que se destinam.

Para Maria José, “esse movimento em direção à ponta” está sendo inspirado não só pela conjuntura do país e do mundo, mas pela própria missão que o IEB definiu para si. “A abertura de escritórios em Belém e no sul do Amazonas é parte desse processo de fincar os pés na região”, aponta Maria José. “Isso está nos trazendo outra demanda: os cursos estão sendo formatados para atender um público diferente daquele atendido nos primeiros anos. Agora, essas pessoas poderão fazer grande diferença num contexto em que a política ambiental passa por um acelerado processo de descentralização, com estados e municípios tendo que assumir cada vez maiores responsabilidades na sua aplicação”, interpreta a gerente executiva do IEB.



Arquivo IEB

Participantes da sétima edição do curso de Aperfeiçoamento em Direito Ambiental, realizado em novembro de 2007 em Guajará-Mirim (RO).



Criado a partir de um programa de bolsas de estudo no início dos anos 1990, o IEB acumulou profunda experiência em apoiar projetos de pesquisa na área de meio ambiente. Após três anos sem recursos destinados a esse fim, em 2004 o IEB voltou a suprir essa demanda por meio do Programa Bolsas de Estudo para a Conservação da Amazônia, financiado pela Fundação Gordon e Betty Moore e batizado como Programa Beca. Os três casos a seguir ilustram a contribuição dada pelo programa para promover pesquisas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais no país.

Decifrando estradas inviáveis

Treinamento em software possibilita avaliar viabilidade econômica de empreendimentos rodoviários em florestas tropicais, como a BR-319

A abertura ou revitalização de rodovias tem sido um dos principais indutores de ocupação humana e, conseqüentemente, de desmatamento na Amazônia brasileira. Embora tais empreendimentos consumam milhões de reais dos cofres públicos, raramente são discutidos com a sociedade civil antes de serem incluídos no planejamento governamental. Além disso, os cálculos oficiais desses projetos ignoram solenemente os custos ambientais a serem acarretados.

A percepção de que projetos de infra-estrutura em áreas praticamente isoladas não seguem necessariamente critérios de racionalidade econômica levou à criação, em 1998, da Conservação Estratégica (CSF, na sigla em inglês), uma entidade não-governamental especializada em capacitação e na produção de análises econômicas que contribuam para a conservação da biodiversidade em regiões tropicais. No Brasil, onde atua desde 2000, a CSF integra o Consórcio Fortis, liderado pelo IEB.

Treinamento em Nova Délhi

Como decifrar se uma obra viária tem de fato consistência econômica numa região carente de infra-estrutura e que, ao mesmo tempo, presta serviços ambientais relevantes, como é o caso da Amazônia? Para Leonardo Colombo Fleck, biólogo e analista em Economia da Conservação da CSF, a resposta é relativamente simples: desenvolvendo análises econômicas acuradas, utilizando os mesmos dados e metodologias oficiais, quando disponíveis, e agregando-lhes os custos ambientais desprezados originalmente.

“Projetos rodoviários em regiões pouco habitadas e com alto grau de conservação da biodiversidade freqüentemente são executados com base em decisões meramente políticas, sem uma avaliação prévia consistente sobre seus benefícios econômicos e seus riscos ambientais”, justifica Fleck. “Tal análise, quando adequadamente executada, em muitos casos demonstra que o empreendimento é inviável, antes mesmo de se considerar os aspectos ambientais. É dinheiro público que está sendo investido no lugar errado”, afirma.

A necessidade de aprimorar seus conhecimentos sobre as ferramentas utilizadas pelos planejadores públicos o levou a solicitar, em agosto de 2005, apoio ao Beca, na modalidade Pequeno Apoio



Leonardo exibe resultado de análises feitas com o apoio do HDM-4 na Bolívia.

para o Desenvolvimento Profissional, para capacitar-se no uso do software HDM-4, a quarta versão de um programa chamado Highway Development & Management. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida pelo Banco Mundial, em cooperação com o governo de países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, para auxiliar a elaboração de estimativas sobre os custos e benefícios econômicos gerados pela implantação ou melhoramento de rodovias.

Fleck participou do Curso Internacional de Disseminação do HDM-4, realizado em outubro daquele ano pelo Central Road Research Institute, em Nova Délhi (Índia), renomada instituição que está entre as poucas a oferecer esse tipo de treinamento no mundo. O apoio do Beca possibilitou-lhe receber aproximadamente 100 horas de treinamento em teoria fundamental e uso prático do HDM-4.

Análise de um caso na Bolívia

De volta ao batente, Fleck tem utilizado o HDM-4 em avaliações de custo-benefício sobre a construção ou recuperação de estradas nas Américas do Sul e Central, subsidiando ações da sociedade civil bem como decisões do próprio poder público. O analista já utilizou o HDM-4 em quatro trabalhos na Bolívia e dois na Guatemala, países onde o CSF desenvolve projetos.

Ele destaca o caso da rodovia Apolo-Ixiamas, no noroeste da Bolívia, cuja implantação dividiria em dois o Parque Nacional Madidi, área de 1,89 milhão de hectares que é uma das prioridades globais em conservação. As análises feitas com o auxílio do HDM-4 possibilitaram concluir que a obra acarretaria uma perda de US\$ 40 milhões aos cofres bolivianos – isso, sem contabilizar os custos ambientais.

Segundo a equipe responsável pelo estudo, esse montante poderia incrementar substancialmente os investimentos em saúde e educação numa região cuja população carece de tais serviços. “Nosso cálculo indicava que apenas a perda com emissões de carbono por desmatamento poderia ser maior que os benefícios brutos gerados pela estrada. Levamos essas análises às autoridades regionais para convencê-los da inviabilidade do empreendimento”, pondera Fleck.

Em análise, a BR-319

Nesse momento, Leonardo Fleck está aplicando o HDM-4 para avaliar a viabilidade econômica da repavimentação da rodovia BR-319, a Porto Velho-Manaus, um projeto do Ministério dos Transportes orçado em R\$ 697 milhões. Aberta na década de 1970 por razões geopolíticas – viabilizar a colonização humana na região sudoeste da Amazônia - e abandonada nas décadas seguintes, o

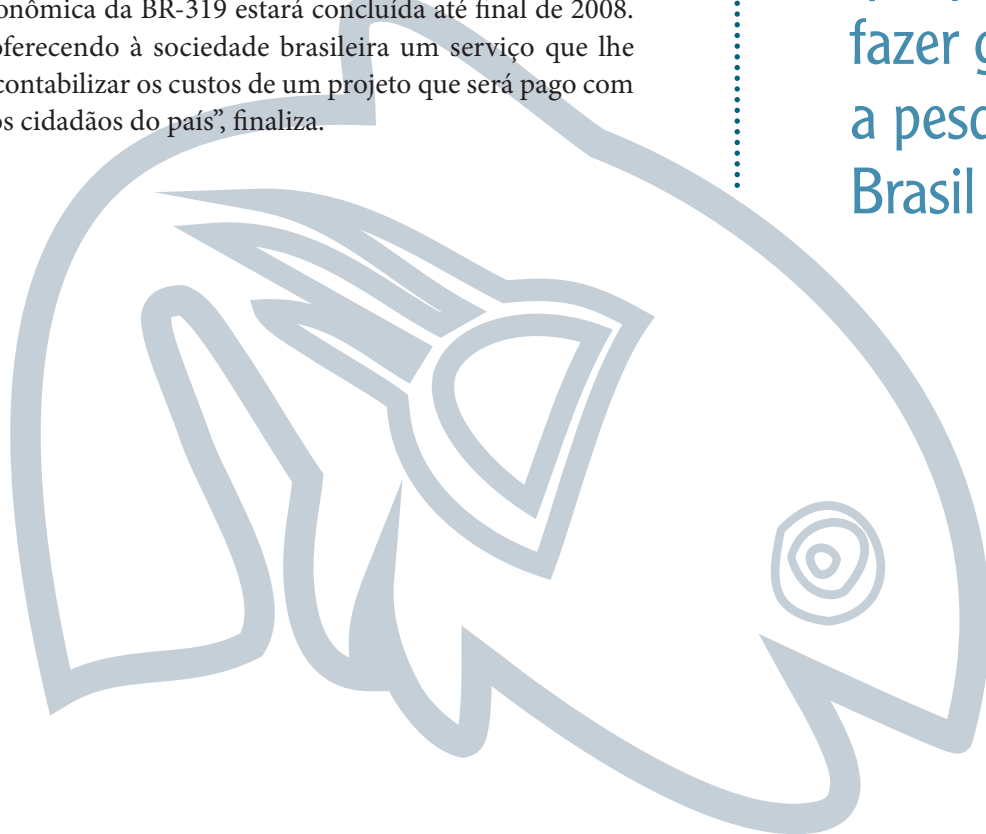
Programa Beca

mero anúncio de sua recuperação deflagrou uma corrida à sua área de influência, suscitando conflitos entre recém-chegados e populações locais, grilagem de terras públicas e corte indiscriminado da cobertura florestal.

Segundo avaliação feita por pesquisadores do INPA, a decisão de recuperar a BR-319 não segue qualquer racionalidade econômica. Não há atividade econômica ao longo dos 400 km a serem reconstruídos que justifique o investimento. Sua pavimentação ocasionaria a perda de entre três e cinco milhões de hectares de floresta, liberando entre 1,3 e três bilhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera. Fleck estima que sua análise sobre a viabilidade econômica da BR-319 estará concluída até final de 2008. “Estamos oferecendo à sociedade brasileira um serviço que lhe possibilita contabilizar os custos de um projeto que será pago com recursos dos cidadãos do país”, finaliza.

Nova descoberta

Apoio a estudo de crânios do gênero *Sotalia* comprova que pequeno recurso pode fazer grande diferença para a pesquisa científica no Brasil



ta sobre botos

Mestranda do curso de Biologia de Água Doce e Pesca Interior do INPA, em Manaus (AM), Daniela de Castro Fettuccia estudava as características morfológicas e morfométricas de duas espécies de botos – a *Sotalia fluviatilis* (boto-tucuxi), endêmica da bacia do Amazonas, e a *Sotalia guianensis* (boto-cinza), espécie marinha que ocorre entre o litoral de Florianópolis (SC) e de Honduras. O objetivo de sua pesquisa era, por meio da comparação de crânios, nadadeiras peitorais e de um osso do tórax chamado esterno, traçar uma separação morfológica entre as duas espécies.

Até recentemente, ambas eram classificadas como uma única espécie. Porém, testes morfométricos e genéticos, realizados entre 2002 e 2005, demonstraram se tratar de duas espécies com características bem distintas. Daniela buscava confirmar ou refutar essa tese por meio da análise dos esqueletos depositados no próprio INPA e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – ou seja, em dois pontos extremos dentro da área de distribuição do gênero *Sotalia*.

Novos estudos e surpresa

O exame dos exemplares fluviais, da coleção do INPA, e dos marinhos, da coleção da UFSC, demonstrava que seus crânios eram bem distintos. Conclusão: essas duas espécies poderiam ser nitidamente distinguidas por suas características morfológicas, corroborando, assim, os estudos morfométricos e genéticos.



A bióloga Daniela Fettuccia com um dos crânios de *Sotalia*, objeto de uma pesquisa que contou com pequeno apoio do Beca.

Programa Beca

“Por curiosidade científica, e levando em consideração a possível existência de variação na espécie marinha, entre o litoral do nordeste e do sul do país, apontada nos estudos genéticos, decidi verificar as características osteológicas de esqueletos do Museu Goeldi e de um instituto do Ceará”, explica.

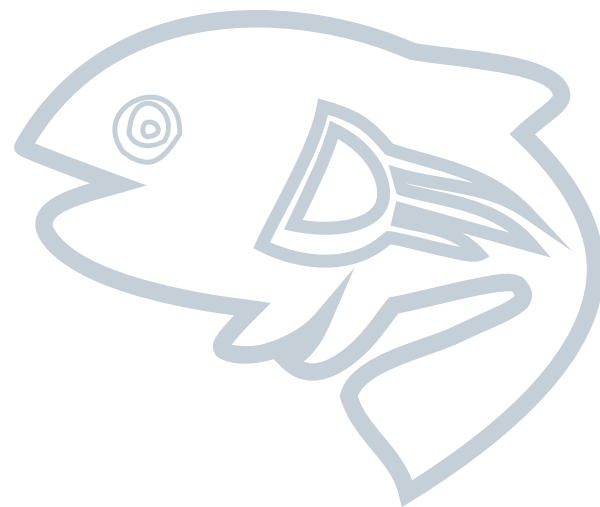
Para viabilizar essa etapa de sua pesquisa, Daniela obteve do Beca um Pequeno Apoio para o Desenvolvimento Profissional. Com o recurso obtido, visitou as coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém (PA), e do Instituto Aquasis, em Caucaia (CE), locais intermediários entre Manaus e Florianópolis. Descobriu que os indivíduos dessas coleções apresentavam também características intermediárias. Para sua surpresa, constatou que, comparando os exemplares fluviais do Amazonas e os marinhos de Santa Catarina, era possível distingui-los por certas características. Porém, analisando os exemplares marinhos da coleção catarinense, algumas destas características eram intermediárias, comuns tanto a uma quanto à outra espécie.

“Essa diferenciação entre as espécies é resultado da colonização da bacia do Amazonas por indivíduos vindos do Oceano Atlântico entre 2,5 e 5 milhões de anos. Isso explicaria porque nos extremos há maior diferenciação e numa área geográfica intermediária essas diferenças são menores”, explica a pesquisadora.

“O resultado da pesquisa, além de trazer à tona interessantes questões sobre o processo de especiação desse gênero, pode contribuir na conservação das espécies por meio da ampla distribuição de seu *pool* gênico”, destaca Nurit Bensusan, especialista em Gestão do Conhecimento do IEB.

Da prática à teoria

Apoio à liderança do médio rio Solimões viabiliza formação universitária com trabalho sobre organização comunitária de populações ribeirinhas



Ribeirinho nascido em uma das muitas comunidades existentes nas várzeas do médio rio Solimões, no estado do Amazonas, Francisco Aginaldo Queiroz Silva talhou-se como educador popular trabalhando 21 anos na Prelazia de Tefé em temas como organização comunitária, políticas públicas, questão indígena e unidades de conservação. Nesse tempo, participou da organização de ribeirinhos contra a exploração predatória dos recursos naturais praticada na região. “Minha família vive ali há 150 anos. Essa luta vem desde meus pais, que já faziam trabalho de conservação dos lagos, castanhais e açaiçais, que estavam sendo explorados de forma violenta”, recorda.

Em 1999, esses ribeirinhos decidiram criar a Associação Agroextrativista do Catuá-Ipixuna (AACI) com o intuito de reivindicar, junto ao governo federal, a criação de uma unidade de conservação que assegurasse a regularização fundiária e o usufruto dos recursos naturais essenciais a seus modos de vida. Em junho de 2003, membros da AACI e técnicos estaduais realizaram audiência pública para fechar a proposta de criação da Reserva Extrativista Catuá-Ipixuna, formalizada por decreto assinado pelo governador do Estado do Amazonas em setembro de 2003. Foram destinados às comunidades da região 217.486 hectares situados na margem direita do rio Solimões, entre os municípios de Tefé e Coari.

Conhecimentos e militância

Vivendo na sede do município de Tefé, Francisco Aginaldo decidiu fazer dessa história o seu trabalho de conclusão de curso de Geografia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). “De 1997 a 2003, acompanhei a organização da associação, a capacitação das lideranças e os procedimentos burocráticos junto ao governo até a criação da reserva”, ressalta ele, justificando a escolha.

Em 2005, quando cursava o quinto período e iniciava a preparação de sua pesquisa, Aginaldo obteve do Beca recursos na modalidade Pequeno Apoio para Estudantes de Graduação que viabilizaram novas visitas às comunidades da reserva, distante cerca de 70 quilômetros de Tefé. O fato de ter protagonizado uma experiência como liderança e gestor ambiental, representando movimentos sociais em fóruns locais e regionais, pesou na aprovação de sua proposta pelos consultores do IEB.

“Para minha monografia, fiz um levantamento de campo sobre a realidade das comunidades da região e um histórico da organização comunitária visando a conservação da área. A fundamentação teórica tratou do processo de formação feito pela Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base em uma realidade de ribeirinhos”, explica Francisco Aginaldo, que atualmente é coordenador executivo do escritório regional do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) no Médio Amazonas, com sede em Manaus.

“Pessoas com esse perfil têm dificuldades de conseguir um apoio que lhes permita concluir seus estudos”, destaca o antropólogo Henyo Barretto Filho, coordenador do Beca, explicando as razões pelas quais considera o caso de Aginaldo relevante para o programa. “Além disso, elas trazem consigo um tipo de experiência de vida que é fundamental em sua formação acadêmica e podem renovar o próprio conhecimento disciplinar dos cursos universitários. Elas, também, acoplam conhecimento disciplinar à militância, à luta em defesa de suas comunidades, nesse caso, na Amazônia”, pondera o profissional do IEB.

Ritos de passagem para o fortalecimento institucional

Divisor de águas na história do IEB, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis) levou o Instituto a uma árdua viagem pelo interior do país. Nesse percurso, desenvolveu uma nova abordagem para projetos de fortalecimento de entidades locais, superou suas próprias fragilidades institucionais e afirmou sua identidade socioambiental.

A boa reputação alcançada pelo IEB no treinamento de profissionais na área ambiental levou a Usaid, em 2000, a indicá-lo para executar um programa de fortalecimento institucional promovido pela Embaixada dos Países Baixos. A expectativa do governo holandês era ter um programa que articulasse, de forma inovadora, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento institucional, dois conceitos caros à cooperação internacional naquele momento. O IEB aceitou o desafio. Porém, a passagem de entidade especializada em treinamento na área ambiental para executora de um abrangente projeto de fortalecimento institucional não ocorreu sem dificuldades.

De fato, quando a proposta dos Países Baixos foi aceita, o IEB tinha contato apenas indireto – por meio de seus cursistas e bolsistas – com os conflitos e mazelas que marcam a realidade da zona rural e dos pequenos municípios do interior do país, especialmente da Amazônia. Faltava-lhe, também, experiência em governança de projetos envolvendo a participação de várias instituições ao mesmo tempo.

Por outro lado, o Instituto já acumulava um consistente capital de relações com entidades e profissionais que poderiam contribuir para desenhar um projeto com as características desejadas. E fez uso desse capital para formular o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável, o Padis.

“Ousadia”

A formulação do Padis teve início em dezembro de 2000, quando 15 especialistas do campo socioambiental se reuniram num encontro que, **embora traumático**, sintetizou as diretrizes do programa. Sua construção partiu de uma reflexão crítica: era preciso mudar o enfoque do apoio ao desenvolvimento institucional no nível local, redirecionando-o para as relações de parceria entre os diferentes atores que lidam com problemas de natureza socioambiental.

“O projeto possibilitava ir além da mera capacitação de entidades ambientalistas. Em vez de desenharmos apenas um programa de treinamento, avaliamos que tínhamos a oportunidade de abordar o assunto de forma sistêmica e ampla”, recorda Maria José Gontijo, diretora executiva do IEB.

O Padis, assim, reelaborou a concepção de desenvolvimento institucional então predominante, formulando o conceito-chave do programa: espaço público socioambiental. “Em vez de fazer o tradicional desen-

Na segunda noite do encontro, realizado num hotel-fazenda situado nos arredores de Brasília, o local foi invadido por assaltantes, que submeteram o grupo a oito horas de ameaças sob a mira de revólveres na própria sala onde ocorriam as reuniões. Após revirarem quartos e chalés e roubarem alguns pertences, os assaltantes se foram deixando todos sãos e salvos.



Arquivo IEB

Representantes do pré-fórum da sociedade civil de Goianésia do Pará, local de um dos sete projetos apoiados pelo Padis na Amazônia Legal.

volvimento institucional, de organizações tomadas individualmente, consideramos mais importante apoiar coletivos para fortalecer espaços públicos de articulação, lidando com a dimensão política da sustentabilidade”, explica Maria José, que considera essa decisão “uma ousadia do IEB”. Cada projeto apoiado seria construído “sob medida”, a partir dos conceitos e da filosofia do programa e segundo o contexto e as necessidades que o caracterizava.

Inovações na gestão e na seleção dos projetos

A definição do foco e da metodologia do Padis ensejou mudanças também na estrutura de gestão e na forma de selecionar os projetos. Foram instituídos um conselho político e um colegiado político-estratégico, instâncias criadas para auxiliar a coordenação-geral na reflexão e tomada de decisão quanto aos **rumos do programa**. A seleção dos projetos – feita por um comitê próprio – agregou um procedimento inovador ao processo: além da análise das propostas recebidas, foi feita uma verificação *in loco* das condições políticas e institucionais descritas pelas candidaturas pré-selecionadas.

Entre agosto de 2000 e outubro de 2004, o Padis foi coordenado pela psicóloga Leila Soraya Ramos Menezes.

“O objetivo dessa medida, que chamamos de sondagem, era esclarecer como funcionava o programa, avaliar a densidade das parcerias candidatas bem como sua capacidade para realizar os propósitos do programa e ampliar a parceria inicial”, esclarece Lidiane Melo, técnica do IEB que acompanha o Padis desde seu início. Ao mesmo tempo, essa ida a campo possibilitava levantar as necessidades específicas de cada projeto. A flexibilidade adotada na formulação dos projetos permitia respeitar a diversidade de situações culturais existentes e acolher questões de gênero e étnicas.

Ao edital de convocação responderam 157 propostas, 22 das quais foram pré-selecionadas. Pesou nessa seleção o fato de terem sido apresentadas por um coletivo integrado, preferencialmente, por entidades da sociedade civil e do poder público local. As informações obtidas pela sondagem de campo, realizada por duplas de consultores previamente treinados, definiram as 14 candidaturas finalmente escolhidas. Sete delas tinham como área geográfica a Amazônia Legal, três o bioma Mata Atlântica e quatro estavam localizadas em municípios do bioma Cerrado.



Atividade de planejamento do Padis com parceiros do município de Marechal Taumaturgo, no Acre.

Os próprios limites

A concepção inovadora do Padis, que inspirou profundamente uma ampla rede de pessoas envolvidas, esbarrou em problemas derivados da falta de um planejamento adequado, que compatibilizasse as atividades previstas e os recursos disponíveis. “Na revisão de meio termo do programa, os doadores concluíram que o programa era muito abrangente e solicitaram ao IEB que o adequássemos ao orçamento disponível, condicionando a continuidade dos desembolsos a um planejamento estratégico”, lembra Maria José. As agendas de cada projeto foram repactuadas com os parceiros locais, ajustando-as aos recursos existentes. “Ficamos quatro meses sem receber os recursos. Tivemos que reconhecer nossos limites e colocar freios em nossas ambições”, completa Maria José.

O programa chegou ao seu final em 2005 acumulando ganhos, apesar das adversidades. No âmbito dos projetos locais, embora seus resultados tenham sido mais modestos do que inicialmente planejados, forneceu apoio e treinamento para que entidades locais superassem fragilidades para atuar em melhores condições em instâncias públicas de negociação. Viabilizou, também, intercâmbios que propiciaram conhecer soluções para problemas e conflitos semelhantes em outras realidades. Como não poderia deixar de ser, alguns projetos avançaram mais na solução dos problemas enfocados, construindo soluções negociadas entre sociedade e poder público que, inclusive, influenciaram políticas públicas municipais.

Para o IEB, o Padis deixou marcas evidentes em sua institucionalidade. Aprimorou seu planejamento interno e fortaleceu sua identidade socioambiental. Agregou experiência própria para trabalhar diretamente com a realidade rural do país, eivada de conflitos e desequilíbrios sociais. E, principalmente, possibilitou o desenvolvimento e a aplicação de uma metodologia inovadora para trabalhar com o apoio a instituições locais - baseada no conceito de espaço público socioambiental -, associando, à intervenção no campo, reflexão conceitual e flexibilidade para lidar com diferentes realidades do país.



Arquivo IEB

Trabalhadores rurais e consultores do Padis posam em frente ao sindicato de Axixá, no Tocantins.

Padis

Arquivo IEB



Reunião do colegiado do Padis na sede do IEB, em Brasília.

Espaço público socioambiental

A existência do Padis ajudou a fazer convergirem duas idéias que envolvem conceitos de diferentes status teóricos e níveis de elaboração. O primeiro, clássico e fundante na ciência política, é o de espaço público. O segundo surgiu da história relativamente recente do movimento ambientalista e suas transformações, mediadas sobretudo pelos encontros e desencontros com os movimentos por justiça social, direitos humanos e democracia participativa. Essa simbiose está em curso em nosso tempo, em busca de um paradigma de síntese, delineado no socioambientalismo. Mais do que propriamente um conceito, socioambiental é referência de um campo político, de uma maneira de olhar. O potencial desse olhar parece ser especialmente o de questionar e propor novas institucionalidades, necessárias para a conquista de um modelo de desenvolvimento sustentável.

O mérito do Padis foi fazer um teste avançado nesse campo, por meio da promoção da participação em espaços públicos que pudessem dar vazão a processos mais dialogados de tomada de decisão sobre temas de interesse público – entre os quais, os problemas socioambientais – e daí tirar lições. O espaço público socioambiental, assim, é um ambiente relacional contido na esfera pública de forma particular, que pode assumir formas mais definidas, como conselhos, fóruns, câmaras, comitês, redes, entre outras instâncias.



Consórcio Fortis: o Padis II

O foco na qualificação institucional para atuar no espaço público e a abordagem socioambiental de problemas locais, duas marcas registradas do Padis, estão presentes no programa Fortalecimento Institucional no Sul do Amazonas, conhecido por Consórcio Fortis. Liderado pelo IEB e composto pelas ONGs Imazon, Kanindé e Conservação Estratégica (CSF), o Consórcio apóia o fortalecimento de organizações de comunidades locais e a constituição de parcerias entre órgãos públicos e a sociedade civil visando enfrentar os problemas decorrentes do avanço da fronteira econômica no sul do estado do Amazonas. A região, situada na área de influência da rodovia BR-319, se converteu nos últimos anos em uma nova frente de grilagem de terras, violência contra comunidades locais e desmatamento.

O projeto nasceu em 2005, a partir da avaliação final do Padis e do propósito de evitar seus erros – como a ampla distribuição geográfica dos projetos – e replicar sua metodologia e aprendizados conceituais e processuais. “Além da metodologia, o foco geográfico bem definido e a existência de uma equipe de campo são decisões decorrentes do aprendizado deixado pelo Padis”, esclarece Ailton Dias, gerente do Fortis. Com fim previsto para 2011, o projeto é financiado pela Usaid, por meio de seu Programa de Meio Ambiente no Brasil.

Em sua etapa preparatória, foi produzido um mapeamento político-institucional sobre os municípios da área do projeto – Boca do Acre, Canutama e Lábrea, situados na bacia do rio Purus, e Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Apuí, na bacia do rio Madeira. O trabalho, realizado em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, identificou os principais atores da sociedade civil, do poder público e do setor privado, e avaliou a capacidade dos municípios para enfrentarem os novos problemas sociambientais trazidos à região.

As ações do Consórcio estão organizadas segundo três eixos de trabalho: a) apoio à organização e ao fortalecimento de instituições locais visando dar-lhes condições de dialogar e negociar com as esferas públicas e privadas presentes na área; b) monitoramento ambiental e de uso da terra, gerando informações qualificadas sobre os efeitos da ocupação econômica em curso na região; e c) promoção de intercâmbios, difusão de informações e sistematização de experiências, com o objetivo de disseminar as lições extraídas durante a execução do projeto.

O longo caminho do manejo comunitário na Amazônia

Entre os atuais programas do IEB, o Programa de Manejo Florestal Comunitário (PMFC) ilustra bem a evolução pela qual passou a instituição ao longo de seus dez anos de história. A partir de oficinas de capacitação em manejo florestal comunitário, o IEB se aproximou das demandas de produtores da Amazônia, coordenou grupo de trabalho integrado por uma ampla rede de colaboradores, produziu e divulgou estudos e passou a participar da formulação e implementação de políticas públicas para o setor na região.

O trabalho do IEB com manejo florestal comunitário teve início em 1998, à época da fusão do Programa de Treinamento SUNY Brasil ADC com o Programa Natureza e Sociedade (PNS), então gerido pelo WWF. O momento era de superação do modelo de conservação vigente nas décadas anteriores, baseado na mera decretação de unidades de conservação de uso indireto. Junto com outras experiências, o manejo florestal sustentável se apresentava como uma oportunidade de aliar a manutenção da floresta à geração de renda para comunidades que dela extraíam seus meios de vida. Era necessário, porém, começar do zero, já que, até então, não havia experiências de manejo florestal comunitário (MFC) suficientemente conhecidas e sistematizadas.



As primeiras oficinas e o GT-MFC

Em abril de 1998, o PNS organizou, junto com o Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), a primeira Oficina de Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira, realizada no Acre. Seu público era composto, prioritariamente, por lideranças comunitárias e técnicos envolvidos na implantação de planos de manejo que, egressos de escolas convencionais, não tinham capacitação adequada para trabalhar com o manejo comunitário. Nessa mesma época, o governo federal estruturava o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), componente do **PPG7** dedicado a apoiar experiências sustentáveis de manejo florestal na região.

As oficinas organizadas pelo IEB propiciaram-lhe perceber o tamanho do desafio que havia pela frente. Além das questões técnicas relacionadas ao manejo dos recursos florestais, o avanço do setor esbarrava em questões legais, fundiárias, de acesso a mercados e ao crédito. “As oficinas eram uma oportunidade para reunir técnicos e ONGs, comunidades e centros de pesquisa e discutir os problemas do setor. Era a fase

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente.



Arquivo IEB

Reunião do Grupo de Trabalho para o Manejo Florestal Comunitário realizada em Brasília, em abril de 2004.

Manejo Florestal Comunitário

Nessa época, o GT-MFC era composto por Imazon, Imaflora, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDS), Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA), Embrapa, FASE, IPAM, Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (Lasat), WWF-Brasil, Grupo de Assessoria em Agroecologia na Amazônia (GTNA), Oficina Escola de Luteria da Amazônia (OELA), Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Grupo de Trabalho Amazônico, Amigos da Terra – Programa Amazônia e IEB.

piloto, de reconhecer as experiências e as demandas existentes,” recorda o engenheiro agrônomo Manuel Amaral, atual coordenador do PMFC do IEB e participante da primeira oficina.

Em 2001, durante uma reunião, realizada em Brasília, preparatória para a quarta oficina, o IEB e sua rede de parceiros decidiram criar o **Grupo de Trabalho para o Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira (GT-MFC)**. Secretariado pelo IEB, o GT-MFC articulava-se como um “grupo de pressão”, segundo Manuel Amaral, para influenciar processos políticos relacionados ao assunto, identificando as lacunas no setor, produzindo estudos sobre tópicos considerados estratégicos e encaminhando as demandas refletidas pelos projetos e pelas oficinas.

“A liderança do IEB foi determinante para a formação e o sucesso do GT. Na segunda oficina, por exemplo, iniciamos a criação da linha de financiamento do Pro-Manejo para apoiar o manejo florestal comunitário, um dos marcos desse movimento na Amazônia brasileira. Dali brotaram várias iniciativas e muitas lições foram aprendidas”, recorda o engenheiro florestal Mauro Armelim que, na época, integrava o grupo de trabalho representando a ONG Amigos da Terra - Programa Amazônia.

Breve histórico do manejo florestal comunitário

1995-2000: caracterizada como fase piloto, de experimentação na implantação de planos de manejo florestal na Amazônia, por meio de projetos apoiados pelo PDA e ProManejo. O Programa de Treinamento SUNY ADC Brasil e, a partir de 1998, o IEB viabilizam, em parceria com outras instituições, as primeiras oficinas para comunidades amazônicas, em que são identificadas as demandas relacionadas ao manejo florestal comunitário (MFC). É iniciada articulação institucional por uma política para o setor, no qual o IEB assume papel de principal articulador. São editados os primeiros regulamentos pelo Ibama (dezembro de 1998), cujas minutas haviam sido discutidas na 1ª Oficina de MFC da Amazônia Brasileira, realizada no Acre.

2000-2003: corresponde à fase de disseminação de experiências e de expansão do MFC na região. Há incremento no número de planos de manejo protocolados nos órgãos de fiscalização e controle ambiental. A articulação interinstitucional resulta na criação do GT de Manejo Florestal Comunitário durante reunião preparatória da IV Oficina, em Brasília (2001). O tema ganha espaço na agenda dos governos estaduais e federal: são criados modalidades de assentamentos rurais que contemplam o MFC; a legislação passa por revisão, consolidando mecanismos de aprovação de planos de manejo; alguns estados adotam medidas de promoção do MFC.

A experiência do Consórcio Alfa

A indicação da senadora Marina Silva para a pasta de Meio Ambiente, em 2003, alterou a dinâmica de atuação do GT-MFC. Como alguns de seus mais importantes técnicos assumiram postos-chaves no próprio Ministério e no Ibama, o tema do manejo florestal comunitário passou a integrar mais claramente a agenda desses órgãos de governo. “O GT sofreu um refluxo, pois, além de um processo de regionalização do manejo comunitário, suas demandas eram agora questões da própria agenda de governo”, ressalta Manuel Amaral. Nesse momento, a própria atuação do IEB passou por modificações significativas.

A constituição do Consórcio Alfa, vencedor de uma licitação aberta pela Usaid em 2003, permitiu ao IEB aprofundar seu trabalho com manejo comunitário na Amazônia. Integrado também por Imazon, Fundação

Floresta Tropical, Imaflora, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Pesacre e Universidade da Flórida, o Consórcio teve como objetivo aprimorar o uso sustentável das florestas tropicais do Brasil e fomentar o nexo entre produção florestal e mercados. O projeto trazia três componentes: manejo florestal, comunidades e mercados e desenho e monitoramento de paisagens.

“O que credenciou o IEB para liderar o Consórcio foi sua experiência anterior com manejo florestal e o apoio institucional proporcionado pelo Padis. Ou seja, o IEB, de uma instituição especializada em capacitação, assumiu um papel de liderança de um processo mais abrangente que queria, no final das contas, uma política pública para o setor”, recorda Amaral, que, até então consultor do IEB, foi contratado pelo Instituto para coordenar o recém-criado PMFC.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável. Mais informações nas páginas 46 a 50.

2003-2006: aumenta exponencialmente a aprovação de planos de manejo, de três (período 2000-2002) para 815 (2003-2005). A partir de 2003, profissionais que integravam o GT passam a ocupar destacadas posições no Ministério do Meio Ambiente e no Ibama, o que acelera o processo de formulação de políticas para setor no âmbito federal. Com isso, o GT sofre um refluxo. É criado o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e aprovada a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284, de 02/03/2006). Ao mesmo tempo, estados como AC, AM e PA criam suas próprias políticas para o setor.

2007-2008: o debate se qualifica e se aprofunda, fruto do acúmulo gerado na década anterior. Multiplicam-se processos de articulação regionalizados, liderados por organizações que estão à frente dos projetos e por órgãos governamentais. O IEB passa a atuar mais fortemente no Pará, estrutura a equipe do PMFC, bem como seu escritório de Belém. Junto com parceiros, prioriza a capacitação de representantes das comunidades amazônicas e produz estudos sobre temas relacionados ao MFC; ao mesmo tempo, integra os principais colegiados nacionais e regionais destinados a propor políticas para o setor. Em outubro de 2008, é publicada minuta de decreto da Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Manejo Florestal Comunitário

Arquivo IEB



Seminário discute perspectivas para o manejo florestal comunitário em encontro realizado em Belém, em 2005.

Da fase piloto para uma política abrangente

O período entre 2003 e 2005 foi marcado por uma explosão de iniciativas de manejo comunitário na Amazônia. Nesse ínterim, Amazonas, Acre e Pará adotaram políticas para o setor, criando órgãos especializados e destinando florestas públicas para esse fim. Por seu turno, o IEB se dedicava a realizar, em parceria com outras entidades, uma série de estudos estratégicos e eventos de capacitação sobre questões como regularização fundiária, fortalecimento de capacidades locais, implantação de linhas de crédito, assessoria técnica e acesso a mercados. Atento às lacunas em capacitação, sua especialidade, o Programa do IEB mudou o foco de suas oficinas, priorizando lideranças comunitárias e filhos de trabalhadores rurais matriculados em **escolas técnicas**.

Ao mesmo tempo, o Consórcio Alfa produzia informações que serviam para discutir o rumo das políticas públicas estaduais destinadas ao manejo comunitário, principalmente no Pará. Nesse contexto, o IEB viabilizou outra estratégia institucional: a abertura de um escritório em Belém (PA). “Essa atuação, mais próxima das demandas do estado, foi importante para qualificar o diálogo com parceiros locais e nos permitiu estruturar certas ações, como lançar uma articulação regional para o manejo comunitário, e acompanhar, no âmbito estadual, o processo de descentralização da gestão florestal”, ressalta Amaral.

A Lei nº 11.284 - Lei de Gestão de Florestas Públicas, editada em março de 2006, que criou o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) - e as novas leis estaduais ensejaram a

Atualmente, o IEB coordena a disciplina de MFC do curso técnico florestal ofertado pela Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, no Pará.

rearticulação do GT-MFC, que passou a ter um comitê gestor integrado pelo IEB. Em julho de 2007, durante a Conferência Internacional de Manejo Florestal Comunitário, organizado pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO, na sigla em inglês) no Acre, o GT-MFC reivindicou à ministra Marina Silva que seu Ministério “aglutinasse as experiências” estaduais de forma a construir uma política nacional para o setor. Uma carta com propostas sistematizadas no primeiro dia do encontro foi entregue então à ministra.

“Havia uma confluência de fatores: um evento internacional, com a apresentação de experiências interessantes implementadas em outros países, num momento de transição da fase piloto para uma fase em que se multiplicavam políticas para o setor, a presença da ministra no Acre, onde havia ocorrido uma série de eventos importantes nesse debate, e, ainda, a Lei de Gestão de Florestas Públicas, cuja implementação demandava participação das comunidades”, explica Amaral.

O SFB acolheu a reivindicação e iniciou o processo de construção de uma política nacional, que tem o GT-MFC como um de seus interlocutores. Sua formulação teve lugar na Comissão de Gestão de Florestas Públicas, instituída pela **Lei de Gestão de Florestas Públicas**, e na Comissão Nacional de Florestas (Conaflor), resultando na minuta de um decreto que institui a Política Nacional de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Esse texto foi divulgado para consulta pública em outubro de 2008.

Colegiado composto por representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil, incluindo o setor privado, que, segundo o Decreto nº 5.795/2006, tem como atribuições: a) assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas da União; b) manifestar-se sobre o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) da União; e c) exercer as atribuições de órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).



Arquivo IEB

Atividade de campo do primeiro curso “Entendendo nossa reserva extrativista e planejando nossa produção”, realizado em Porto de Moz, no Pará, em 2005.



A large, stylized orange tree graphic is positioned on the left side of the page. It has a thick trunk and several branches with large, rounded leaves. The tree is rendered in a simple, outline style with a light orange color.

Mudanças climáticas ao alcance de todos

O IEB foi pioneiro na estruturação de cursos para a formação de profissionais em temas socioambientais desprestigiados por escolas e universidades. A mais recente dessas iniciativas foi o Programa Mudanças Climáticas que, entre 2001 e 2005, capacitou um público não-especializado do setor público e da sociedade civil.

Por fazer da capacitação sua especialidade, o IEB estruturou pioneiramente cursos para a formação de profissionais em temas como política ambiental, empreendedorismo e negócios sustentáveis, entre outros. A mais recente dessas iniciativas teve como objeto as mudanças climáticas. “Quando a Embaixada da Holanda manifestou seu interesse, em 2001, não havia quem fizesse capacitação em mudanças climáticas. Saímos na frente também nesse caso”, destaca Maria José Gontijo, diretora executiva do IEB, lembrando que, pouco tempo depois, o Instituto participaria da fundação do **Observatório do Clima**.

O interesse manifestado pelo governo dos Países Baixos (Holanda) levou o IEB a estruturar o Programa Mudanças Climáticas, conhecido como Mudaclima. Basicamente, “o objetivo do Programa era oferecer formação técnico-científica para fazer com que essa agenda chegasse a um público mais amplo”, recorda Maria José. Isso, num momento em que mudanças climáticas ainda era um assunto restrito a círculos especializados.

Estabelecido em março de 2002, o Observatório do Clima é uma rede brasileira de entidades da sociedade civil com foco no tema das mudanças climáticas globais. Mais informações em <http://www.oc.org.br/>.



Arquivo IEB

Atividade de campo com os participantes do I curso “A ecologia e o ciclo do carbono”, realizado em 2001

Mudaclima

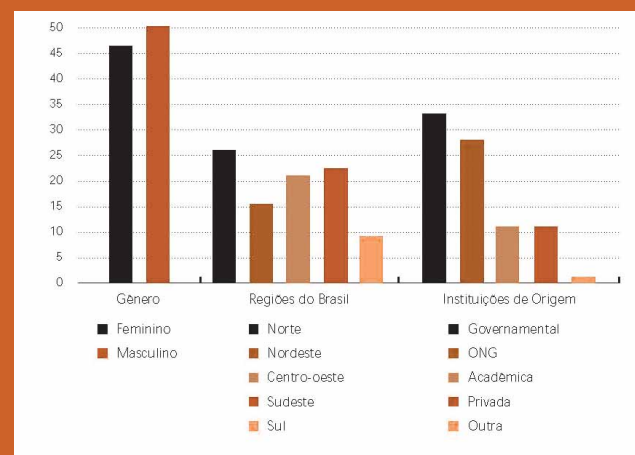
Tópicos complexos

O Mudaclima foi organizado segundo dois eixos: o curso “A ecologia e o ciclo do carbono”, ministrado por cientistas e profissionais de alto gabarito, selecionados segundo cada tópico abordado, e a oferta de bolsas de estudo para pesquisas sobre questões relacionadas às mudanças climáticas. Como destaca Hans Dorresteyn, sociólogo e coordenador do programa, o Mudaclima “ofereceu aos participantes um maior entendimento sobre os múltiplos aspectos envolvidos no tema, contribuindo para o debate, nos fóruns nacionais e internacionais, sobre o futuro das atividades humanas, soluções para o problema e novos modelos de desenvolvimento”.

Em suas quatro edições, o curso abordou tópicos complexos - ciclo do carbono, sequestro de carbono, além de princípios, acordos e negociações internacionais sobre o assunto -, selecionados com o intuito de proporcionar aos participantes uma visão geral das múltiplas implicações do tema e, ao mesmo tempo, dar-lhes base teórica para aprofundamento posterior.

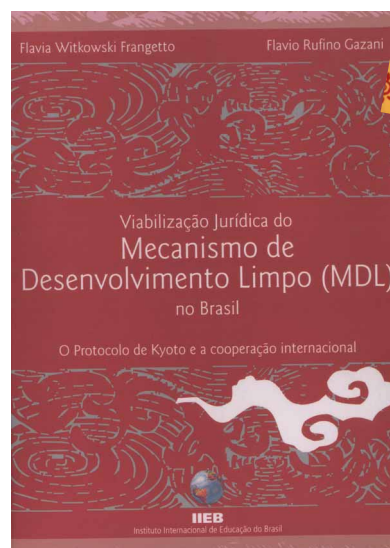
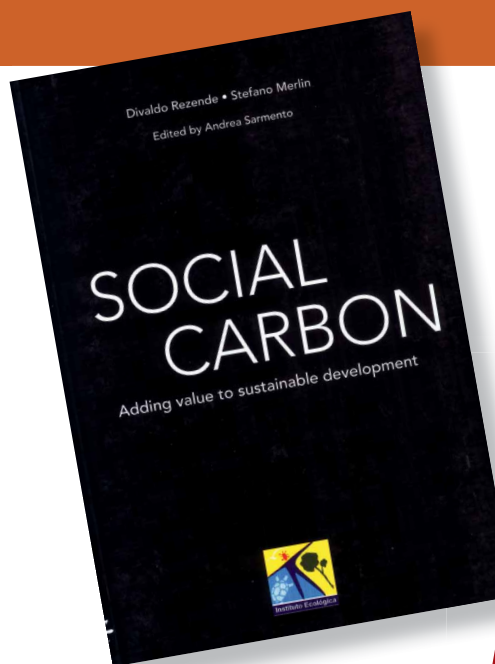
A relevância do curso pôde ser medida pelo diversificado perfil dos participantes: profissionais de órgãos federais como Polícia Federal, Ministério do Meio Ambiente e Eletrobrás; de procuradorias estaduais e órgãos estaduais de meio ambiente; de entidades da sociedade civil de diferentes perfis, indigenistas e conservacionistas, da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica; de institutos acadêmicos e universidades, como o INPA, Museu Emílio Goeldi, Esalq/USP e Universidade Federal do Tocantins; e, em menor número, de representantes do setor privado, como a Federação das Indústrias de Minas Gerais e o Instituto de Desenvolvimento Privado do Pará. No total, 96 profissionais foram capacitados (veja perfil no gráfico ao lado).

Perfil geral dos participantes



O alcance dos conhecimentos proporcionados pelo Mudaclima foi multiplicado pelos seus ex-alunos por meio da publicação de artigos e da participação em eventos e palestras, ministradas em instituições e comunidades. Um levantamento feito pelo programa junto aos participantes constatou que cerca de 5,4 mil pessoas foram treinadas posteriormente por eles.

Além da capacitação, o Mudaclima concedeu bolsas para projetos de pesquisa sobre questões relacionadas ao tema mudanças climáticas, suas causas, efeitos e sobre formas de mitigar seu impacto - alguns dos quais foram posteriormente premiados. Os dois editais lançados atraíram 17 propostas, seis das quais foram contempladas. O programa contabiliza, ainda, entre os benefícios gerados à sociedade brasileira, a edição de quatro publicações destinadas a divulgar conhecimentos sobre o tema para um público mais amplo.



Meio ambiente e sustentabilidade no prelo

Desde 2001, o IEB lança títulos sobre temas ambientais que dificilmente encontrariam outros canais para publicação, difundindo conhecimentos úteis para universidades e instituições públicas e privadas. Atualmente, o Instituto trabalha para consolidar uma política interna que sistematize a divulgação de conhecimentos, de forma a gerar um fluxo permanente de publicações que contribuam para ampliar a reflexão e a discussão sobre temas socioambientais no país.

Lançada em 2001, a primeira publicação a ostentar o nome do IEB se chamava “Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira: Situação Atual, Desafios e Perspectivas”. Tratava-se de um documento técnico, editado com entidades parceiras, com o intuito de divulgar informações sobre a situação do manejo florestal comunitário para fomentar o debate em torno de políticas para setor. Porém, foi a partir dos programas executados com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos (Holanda) – o Padis, o Pronegócios e o Mudaclima, iniciados naquele mesmo ano –, que de fato o IEB se projetou como entidade especializada na edição de títulos sobre temas relacionados a meio ambiente no Brasil.

“Quando assinamos o acordo com a cooperação holandesa, já tínhamos um acúmulo de material que percebíamos que poderia ser útil não apenas para a formação de nossos alunos, mas de profissionais da área ambiental em geral”, explica Maria José, diretora executiva do IEB. A disponibilidade de recursos para publicações, trazidos pelo acordo com os Países Baixos, e a necessidade de produzir materiais de apoio para seus programas e cursos levaram o IEB a procurar quem as editassem e distribuissem. A idéia de lançar no mercado publicações destinadas à formação em temas ambientais foi apresentada à Editora Peirópolis, de São Paulo, que se interessou pela proposta.

Títulos pioneiros

Os primeiros títulos editados pelo IEB e lançados pela Peirópolis saíram do prelo em 2002, abordando temas sobre os quais o Instituto executava programas naquele momento. “Esverdeando a Amazônia” trazia uma coletânea de estudos sobre empreendimentos sustentáveis na Amazônia, tema de interesse dos alunos do Pronegócios, e o livro “Viabilização Jurídica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil”, era fruto de um estudo feito por dois bolsistas apoiados pelo programa Mudaclima. “Esses títulos ilustram o pioneirismo do IEB na publicação de certos temas, pois praticamente não havia boas opções a respeito no mercado”, ressalta Maria José.

No ano seguinte, foi lançado o primeiro título derivado de cursos organizados pelo IEB. “Nosso curso de Política Ambiental tinha grupos temáticos que produziam bons textos. Decidimos, então, contratar o antropólogo Paul Little, da UnB, que coordenava o curso na época, para editar esse material. Aí, então, publicamos o ‘Políticas ambientais no Brasil – Análises, instrumentos e experiências’”, conta Maria José. “O livro acabou sendo adotado por várias universidades. O Ministério do Meio Ambiente comprou 400 exemplares para o acervo de suas bibliotecas verdes. Foi necessário fazer uma segunda edição para atender a demanda”, se recorda Maria José.

O boom de 2004 e 2005

Entre 2003 e 2005, o IEB lançou 16 novos títulos, incrementando sensivelmente sua contribuição para suprir lacunas editoriais relacionadas a temas ambientais no Brasil. Esse *boom* ocorreu, principalmente, devido ao desenvolvimento dos programas apoiados pelos Países Baixos. “São publicações que, por um lado, serviam como material de apoio para os projetos e cursos do Padis, do Pronegócios e do Mudaclima, e por outro, já sintetizavam resultados desses programas”, explica Maria José. Nessa mesma época, o IEB passou a publicar, paralelamente, estudos produzidos por entidades parceiras, ex-bolsistas ou colaboradores de seus cursos.

Ainda que sejam produtos de programas do IEB, muitos desses títulos têm sido adotados por outras entidades não-governamentais ou mesmo pelo poder público, já que divulgam conteúdos que, de alguma forma, auxiliam tais instituições a superar desafios em seus próprios processos de ação política. “Algumas dessas publicações não foram geradas por nós, mas por nossos parceiros no Padis, por exemplo. Outras, são resultados de estudos feitos em parceria e, por isso, são distribuídas gratuitamente”, detalha a diretora do IEB (veja a lista de todos os títulos lançados pelo IEB nas páginas 65 a 68).

Gestão do Conhecimento

Uma política para gerir conhecimentos

Poucos anos após o lançamento de sua primeira publicação, o IEB já se posicionara no cenário ambientalista como uma organização que não apenas realizava capacitação e fomentava pesquisas e o fortalecimento institucional, mas que também publicava e disseminava conhecimentos. “Em parceria com a Peirópolis, o IEB foi pioneiro na linha editorial que se tornou referência para todos os atualmente envolvidos com a temática ambiental no Brasil”, opina Renata Farhat Borges, diretora da Editora Peirópolis.

Tal reconhecimento levou o Instituto a ser procurado frequentemente para editar novos títulos, num volume acima de sua capacidade operacional e financeira. Em 2004, o IEB iniciou a formulação de uma estratégia institucional que lhe permitisse lidar de forma ativa e coordenada frente a essa demanda crescente. Surgiram, dessa reflexão, a criação de um fundo de publicações e, do amadurecimento do debate sobre o assunto, o Programa de Gestão do Conhecimento.

O objetivo dessas medidas, que estão sendo gradativamente implementadas, é viabilizar um fluxo permanente de lançamentos sobre temáticas socioambientais, viabilizando, inclusive, a divulgação de textos que não despertem o interesse de outras entidades ou editoras. “Nossa idéia inicial era formar um fundo que se auto-alimentasse e que possibilitasse fazer outras publicações”, explica Maria José. Negociações com a Peirópolis resultaram em um acordo por meio do qual a editora repassa periodicamente um percentual do valor arrecado pela comercialização dos títulos produzidos conjuntamente. Além desse repasse, o fundo de publicações é abastecido pelas vendas realizadas pelo próprio IEB.

Passados três anos desde sua criação, o fundo acumulou um volume de recursos que, embora possa contribuir para a produção de novas publicações, é insuficiente para atender o objetivo de ampliar

e manter um volume constante de títulos lançados. “Chegamos à conclusão que para viabilizar esse objetivo são necessárias algumas ações estratégicas que profissionalize a capacidade operacional do Instituto nesse setor”, detalha Nurit Bensusan, que desde 2006 coordena o programa de Gestão do Conhecimento do IEB.

Implementar um conselho editorial para futuras publicações, fortalecer as ações de divulgação do projeto e dos títulos, ampliar a distribuição por meio de uma rede de editoras e livrarias parceiras e estabelecer políticas de parceria para o co-financiamento são medidas essenciais para pôr a nova política editorial do IEB na rua. “Queremos em breve criar um selo dedicado a sistematizar e publicar conhecimentos produzidos a partir de experiências, nossas e de parceiros, para não ficar inventando a roda. Há muito conhecimento e lições aprendidas que já poderiam estar servindo ao setor não-governamental, mas que estão perdidos. Esse é um dos nossos sonhos de futuro”, afirma Maria José.

Lista de publicações do IEB

Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira: situação atual, desafios e perspectivas

Autores: Paulo Amaral e Manuel Amaral Neto

Ano de edição: 2001

Realização: IEB, Imazon e LASAT

Apoio: GTZ

III Oficina de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia Brasileira

Autor: Domingos Macedo

Ano de edição: 2001

Realização: Promanejo

Apoio: WWF Brasil, IEB, USAID, DFID, GTZ, Amigos da Terra Amazônia Brasileira e Imaflora

Parceria: Embrapa e Governo do Acre

Caderno de Política Ambiental Volume I

Autores: Fani Mamede, Paulo Quirino Garcia e Wilson Cabral de Sousa Júnior.

Ano de edição: 2002

Realização: IBAMA e UnB

Apoio: CSF, CI e IEB

Esverdeando a Amazônia: Comunidades e Empresas em Busca de Práticas para Negócios Sustentáveis

Organizadores: Anthony Anderson e Jason Clay

Ano de edição: 2002

Realização: IEB

Apoio: Fundação Ford

Parceria: Editora Peirópolis

Experiências de Coleta Seletiva

Autores: Mara Luísa Alvim Motta e Maria de Fátima Abreu

Ano de edição: 2002

Realização: Arquidiocese de Belo Horizonte

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos e IEB

Parceria: Editora Peirópolis

Metodologia para a Organização Social dos Catadores

Autores: José Aparecido Gonçalves, Maria Vany de Oliveira e Maria de Fátima Abreu

Ano de edição: 2002

Realização: Arquidiocese de Belo Horizonte

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos e IEB

Parceria: Editora Peirópolis

VI Oficina de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia Brasileira

Autor: Manuel Amaral Neto

Ano de edição: 2002

Realização: Imaflora, IEB, IPAM, Amigos da Terra, GT-MFC e Imazon

Apoio: WWF Brasil, USAID e ProManejo

Viabilização Jurídica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil

Autores: Flavia Witkowski Frangetto e Flavio Rufino Gazani

Ano de edição: 2002

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos e Ministério da Ciência e Tecnologia

Parceria: Editora Peirópolis

Carbono social: agregando valores ao desenvolvimento sustentável

Autores: Divaldo Rezende e Stefano Merlin

Ano de edição: 2003

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos, USAID e Conservação Internacional-Brasil

Parceria: Editora Peirópolis

Manual de Administração Jurídica, Contábil e Financeira para Organizações Não-Governamentais

Autores: Alexandre Ciconello, Elisa Larroudé, Álvaro de Andrade, Maria das Dôres Barros e Silva, André Sampaio e Marcela de Moraes

Ano de edição: 2003

Realização: IEB, Afincó e Abong

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: Editora Peirópolis

Gestão do Conhecimento

Políticas Ambientais no Brasil Análises, Instrumentos e Experiências

Organizador: Paul E. Little

Ano de edição: 2003

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos, USAID, SUNY e WWF-Brasil

Parceria: Editora Peirópolis

As Florestas Produtivas nos Neotrópicos: conservação por meio do manejo sustentável?

Organizadores: Daniel J. Zarin, Janaki R. R. Alavalapati, Francis E. Putz e Marianne Schmink

Ano de edição: 2004

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos e USAID

Parceria: Editora Peirópolis

Gestão das Águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios

Autor: Wilson Cabral de Souza Júnior

Ano de edição: 2004

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: Editora Peirópolis

Manual de Comunicação e Meio Ambiente

Organizador: Marcello Vernet de Beltrand

Ano de edição: 2004

Realização: IEB e WWF Brasil

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos e USAID

Parceria: Editora Peirópolis

O Divisor que nos Une (Documentário em DVD)

Direção: Maristela Bernardo

Ano de edição: 2004

Realização: IEB

Produção: OIKOS Agência de Imagens

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

A Pavimentação da BR-163 e os Desafios à Sustentabilidade: uma análise econômica, social e ambiental

Autores: Ane Alencar, Laurent Micol, John Reid, Marcos Amend, Marília Oliveira, Vivian Zeidemann e Wilson Cabral de Souza Júnior

Ano de edição: 2005

Realização: CSF

Apoio: IEB, Conservação Internacional, Gordon and Betty Moore Foundation e Richard & Rhoda Goldman Fund

Colaboração: IPAM, ISA, ITA e IVC

Como Participar em uma Rodada de Negócios: sugestões para as comunidades e associações

Autores: Richard Wallace e Maria Jeigiane Portela da Silva

Ano de edição: 2005

Realização: Pesacre e Universidade da Flórida

Apoio: ALFA, USAID e IEB

Empreendedorismo em Negócios Sustentáveis

Organizadores: Marcelo Theoto Rocha, Hans Dorresteyn e Maria José Gontijo

Ano de edição: 2005

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: Editora Peirópolis

Fique Legal - Seus Negócios e Tributos - Vol.1

Autora: Carmen Figueiredo

Ano de edição: 2005

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Fique Legal - Incentivos Fiscais e Produção Sustentável - Vol.2

Autora: Carmen Figueiredo

Ano de edição: 2005

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na amazônia brasileira e na américa latina

Autores: Paulo Amaral e Manuel Amaral Neto

Ano de edição: 2005

Realização: IEB, Imazon

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos, USAID e GTZ

Metodologias Participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais

Organizador: Ailton Dias dos Santos

Ano de edição: 2005

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: Editora Peirópolis

Oficina de Manejo Comunitário e Certificação Florestal na América Latina: resultados e propostas

Organizadores: Paulo Amaral, Frank Kramer e Manuel Amaral

Ano de edição: 2005

Realização: Imazon, GTZ, IEB

Apoio: Conservação das Florestas Tropicais da Amazônia, Oficina de Estándares Sociales y Ecológicos, Imaflora e Promanejo

**O Direito e o Desenvolvimento Sustentável
Curso de Direito Ambiental**

Organizadores: Aurélio Virgílio Veiga Rios e Carlos Teodoro Hugueney Iri-garay

Ano de edição: 2005

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos e Fundação Gordon and Betty Moore

Parceria: Editora Peirópolis

O Fio da meada: de onde vem a mudança?

Organizadoras: Maristela Bernardo e Lidiane Melo

Ano de edição: 2005

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: Editora Peirópolis

Produção Familiar Rural: Tendências e Oportunidades da Atividade Madeireira no Acre e Pará

Autores: Romier Sousa e Denyse Gomes

Ano de edição: 2005

Realização: Forest Trends

Apoio: IEB e GTNA

Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural

Autora: Juliana Santilli

Ano de edição: 2005

Realização: IEB e Instituto Socioambiental

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: Editora Peirópolis

Biodiversidade: para comer, vestir ou passar no cabelo?

Organizadoras: Nurit Bensusan, Ana Cristina Barros, Beatriz Bulhões e Alessandra Arantes

Ano de edição: 2006

Realização: IEB, WWF-Brasil, TNC - The Nature Conservancy e Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS

Apoio: Cooperação República Federativa do Brasil, República Federal da Alemanha - GTZ, Companhia Vale do Rio Doce, Banco Mundial e USAID

Parceria: Editora Peirópolis

Ferramentas de Diálogo

Autores: Andréa Alice da Cunha Faria e Paulo Sérgio Ferreira Neto

Ano de Edição: 2006

Realização: IEB

Apoio: Ministério do Meio Ambiente

Regularização Fundiária e Manejo Florestal Comunitário - Sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá - PA

Organizadores: Ailton Dias, Manuel Amaral, Lidiane Melo e Katiuscia Fernandes

Ano de edição: 2006

Realização: FASE Amazônia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá - STR Gurupá e IEB

Apoio: União Européia

Gestão do Conhecimento

Quanto Mais Quente Melhor? Desafiando a sociedade civil a entender as Mudanças Climáticas

Organizador: Carlos Klink

Ano de edição: 2007

Realização: IEB

Apoio: Embaixada do Reino dos Países Baixos

Parceria: Editora Peirópolis

Seria Melhor Mandar Ladrilhar? (2ª edição)

Organização: Nurit Bensusan

Ano de edição: 2008

Realização: IEB, Editora Peirópolis e Editora UnB

O Manejo da Paisagem e a Paisagem do Manejo

Organizadores: Nurit Bensusan e Gordon Armstrong

Ano de edição: 2008

Realização: Consórcio Alfa (IEB, Imazon, Imaflora, Pesacre, IFT, Ipê e Universidade da Flórida)

Apoio: USAID





www.iieb.org.br